



**POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS**

**MÁRCIO DE OLIVEIRA BRANDÃO**

**A IMPORTÂNCIA DA NORMATIZAÇÃO DA COMPANHIA DE POLICIAMENTO  
COMUNITÁRIO ESCOLAR (CPCE) NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA  
POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA (PMPB)**

**JOÃO PESSOA**

**2014**

MÁRCIO DE OLIVEIRA BRANDÃO

**A IMPORTÂNCIA DA NORMATIZAÇÃO DA COMPANHIA DE POLICIAMENTO  
COMUNITÁRIO ESCOLAR (CPCE) NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA  
POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA (PMPB)**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Especialização em Gestão e Tecnologias Educacionais, do Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba, como exigência parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão e Tecnologias Educacionais.

Linha de pesquisa: Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Msc. Ana Fabíola de Medeiros Vanderlei

**JOÃO PESSOA**

**2014**

**MÁRCIO DE OLIVEIRA BRANDÃO**

**A IMPORTÂNCIA DA NORMATIZAÇÃO DA COMPANHIA DE POLICIAMENTO  
COMUNITÁRIO ESCOLAR (CPCE) NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA  
POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA (PMPB)**

Monografia apresentada ao Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista em Gestão e Tecnologias Educacionais.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Convidado (a)

---

Convidado (a)

---

Prof<sup>a</sup>. Msc. Ana Fabíola de Medeiros Vanderlei

Dedico este trabalho à minha esposa Morgana e aos meus filhos Gabriel e Maria Clara, que abdicaram dos momentos de lazer e convivência familiar para contribuir com o meu conhecimento intelectual.

## AGRADECIMENTOS

A **Deus**, que nos momentos de dificuldades, embora comuns a todo e qualquer ser humano, impossibilitando que houvesse desistência, bem como por proporcionar saúde, paz e muita perseverança para a concretização de mais uma conquista acadêmica.

À **minha família**, pelo incentivo constante, carinho, compreensão, ingredientes estes que permitiram a consolidação de mais uma vitória em minha vida.

À minha orientadora, **Prof.<sup>a</sup> Ana Fabíola Medeiros Vanderlei**, pela amizade, confiança, apoio e dedicação na construção teórico-metodológica deste trabalho científico.

Aos demais **professores do Curso de Especialização em Gestão e Tecnologias Educacionais da UFPB e de outras faculdades que estiveram conosco**, pelos ensinamentos que me fizeram vislumbrar uma nova perspectiva profissional.

Ao Sr. Cel. QOC PM Daniel Sales Júnior, Diretor do Centro de Educação da Polícia Militar do Estado da Paraíba, pelo apoio incondicional recebido durante a nossa permanência no Centro de Educação da PMPB.

Ao Coordenador do Curso de Especialização em Gestão e Tecnologias Educacionais, Sr. Maj. QOC PM Simão, bem como aos seus auxiliares da Coordenação do CEGESTE/2013, nas pessoas dos militares Sgt. PM Neuma, Cb. PM Bertoldo, Sd. PM R. Silva, que nos proporcionou todo o suporte didático-pedagógico, garantindo, desta forma, ferramentas indispensáveis para o desenvolvimento de todas as atividades durante o curso.

Ao Sr. Cap. QOC PM Alessandro Henrique de Andrade, Chefe do Setor de Gestão de Pessoas do 2º Batalhão de Polícia Militar sediado em Campina Grande, pelo esforço e apoio na busca pela qualificação dos policiais militares lotados naquela Unidade Operacional.

A todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para a realização deste trabalho, os meus sinceros agradecimentos.

“Uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto à comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como: crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.”

(Trojanowicz; Bucqueroux, 1994, p. 04).

BRANDÃO, Márcio de Oliveira. **A importância da normatização da Companhia de Policiamento Comunitário Escolar (CPCE) na Estrutura Organizacional da PMPB.** 2014. 81 fl. Monografia (Especialização em Gestão e Tecnologias Educacionais) – Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba – CE, João Pessoa.

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal ressaltar a importância da normatização de uma Companhia de Policiamento Comunitário Escolar (CPCE), na estrutura organizacional da Polícia Militar da Paraíba. Normatizar significa tornar a sua existência obrigatória dentro da estrutura da PMPB, respaldada na legislação vigente da corporação. A importância da sua criação se prende ao fato das demandas postas aos profissionais de Segurança Pública, quando o assunto é violência no ambiente escolar, necessitando por parte desses profissionais a implementação de uma modalidade especializada com base na Filosofia de Polícia Comunitária, a exemplo do que vêm ocorrendo em vários Estados da Federação. Nesse mesmo íterim, foi realizada uma análise da atuação dos policiais militares do 2º Batalhão de Polícia Militar que outrora integraram a Patrulha Escolar, sobretudo no ano de 2012, através de uma pesquisa quantitativa, a ser realizada em cinco escolas públicas de Campina Grande-PB, que representam 10% dos estabelecimentos de ensino da referida cidade, contemplando as zonas, norte, sul, leste e oeste, tendo como sujeitos da pesquisa os alunos do ensino médio, bem como os respectivos gestores, de forma que contemple os turnos manhã, tarde e noite, com o fim de mensurar o nível de satisfação dessa clientela durante a atuação da referida modalidade de policiamento. A pesquisa em pauta tem não apenas natureza quantitativa, mas a qualitativa também foi contemplada, para tanto, o instrumento de coleta de dados, foi um questionário composto por vinte perguntas, sendo dezenove objetivas, uma subjetiva, divididas em dois grupos: o primeiro composto por dez perguntas relativas à segurança no ambiente escolar e, o segundo objetivando saber o nível de satisfação acerca dos serviços prestados pela Patrulha Escolar na área de responsabilidade do 2º Batalhão de Polícia Militar, com sede em Campina Grande, nos períodos compreendidos entre 2008 e 2012. Os dados foram dispostos em gráficos e tabelas para melhor analisá-los a luz das teorias apresentadas no aporte teórico do corrente estudo, ficando claro ao seu final a importância do serviço oferecido pelo policiamento da Patrulha Escolar e, portanto da criação da Companhia de Policiamento Comunitário Escolar (CPCE) na estrutura organizacional da PMPB.

**Palavras-chave:** Normatização. Patrulha Escolar. Filosofia de Polícia Comunitária.

BRANDÃO, Márcio de Oliveira. The importance of normalization of the Society of Community Policing School (CPCE) in Organizational Structure PMPB. 2014. 81 Fl. Monograph (Specialization in Management and Educational Technologies) - Education Center of Military Police of Paraíba - EC, João Pessoa.

### ABSTRACT

This work had as main objective to emphasize the importance of the norm works of a Company of School Community Policing (CPCE) in the organizational structure of the Military police of Paraíba. To establish norm means to turn obligatory existence inside of the structure of PMPB, backed in the effective legislation of the corporation. The importance of creation is arrested to the fact of the put demands to public safety's professionals, when the subject is violence in the school atmosphere, needing for those professionals' part the implementation of a specialized modality with base in the Philosophy of Community Police, to example of the one that come happening in several States of the Federation. In that same interim, an analysis of the military policemen's of the 2° Battalion performance was accomplished of it Polices Military that formerly they integrated the School Patrol, above all the year of 2012, through a quantitative research, to be accomplished in 05 (five) public schools of Campina Grande-PB, that represent 10% of the schools of the referred city, contemplating the areas, north, south, east and west, tends as subject of the research the students of the medium teaching, as well as the respective managers, so that it contemplates the shifts morning, late and night, with the end of measuring the level of satisfaction of that clientele during the performance of the referred policing modality. The research on the agenda not just has quantitative nature, but the qualitative was also meditated, for so much, the instrument of collection of data, was a questionnaire composed by twenty questions, being nineteen lenses, a subjective, divided in two groups: the first composed by ten relative questions to the safety in the school atmosphere and, the second aiming at to know the satisfaction level concerning the services rendered by the school patrol in the area of responsibility of the 2nd Battalion of Military police, with headquarters in Campina Grande, in the period understood between 2008 and 2012. The data were disposed in graphs and tables for best to analyze them the light of the theories presented in the theoretical contribution of the current study, being clear at end the importance of the service offered by the policing of the school patrol and, therefore of the creation of the Company of School Community Policing (CPCE) in the organizational structure of PMPB.

**Keywords:** Standardization. School patrol. Philosophy of Community Police.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - A Patrulha Escolar visitou a sua escola.....	44
Gráfico 02 - A visita da Patrulha Escolar reduz a violência no ambiente escolar ou nas imediações das escolas pesquisadas .....	46
Gráfico 03 - Durante a permanência da Patrulha Escolar você se sentia mais seguro .....	47
Gráfico 04 - A escola recebia a visita de outra modalidade de policiamento.....	48
Gráfico 05 - A PM deveria criar uma modalidade especializada no atendimento às escolas..	49
Gráfico 06 - Medidas que poderiam amenizar a violência nas escolas na visão dos alunos ...	51
Gráfico 07 - Na opinião dos alunos, a Patrulha Escolar atendeu às expectativas durante o seu período de atuação .....	52
Gráfico 08 - Na visão dos alunos, a Patrulha Escolar atendia às expectativas da comunidade escolar .....	56
Gráfico 09 - No entendimento dos alunos das escolas em pauta, estes recebiam o tratamento conferido na Carta Magna do país .....	57
Gráfico 10 - Como a postura por parte dos policiais com os alunos era considerada .....	58
Gráfico 11 - No tocante às ações desenvolvidas pela Patrulha Escolar, estas se davam no campo da repressão ou prevenção/repressão.....	59
Gráfico 12 - O que disseram os alunos acerca da criação de um policiamento especializado para proteger as escolas da cidade de Campina Grande-PB .....	62
Gráfico 13 - Os integrantes da Patrulha Escolar do 2º BPM transmitiam confiança no trabalho realizado junto à comunidade escolar .....	64

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Universo das escolas pesquisadas .....	40
Tabela 02 - Frequência com a qual a Patrulha Escolar visitava as escolas .....	45
Tabela 03 - A violência deve ser enfrentada numa parceria entre a PM e a Secretaria de Educação do Estado .....	53
Tabela 04 - Na concepção dos alunos, os policiais militares integrantes da Patrulha Escolar eram diferenciados dos demais .....	54
Tabela 05 - No entendimento dos alunos havia uma boa interação entre a comunidade escolar e os integrantes da Patrulha Escolar .....	55
Tabela 06 - Como você definiria o serviço prestado pela Patrulha Escolar do 2º BPM durante a sua atuação .....	60
Tabela 07 - Que nota você daria aos serviços prestados pelos integrantes da Patrulha Escolar do 2º BPM.....	61
Tabela 08 - A Patrulha Escolar do 2º BPM era composta por policiais militares diferenciados.....	63

## LISTA DE SIGLAS

BOPE	- Batalhão de Operações Especiais
BPEsc	- Batalhão de Policiamento Escolar
BPM	- Batalhão de Polícia Militar
CIOP	- Centro Integrado de Operações Policiais
CIPOE	- Companhia Independente de Policiamento Escolar
CIPRED	- Companhia Independente de Prevenção ao Uso de Drogas
CPCE	- Companhia de Policiamento Comunitário Escolar
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
FT	- Força Tática
GATE	- Grupo de Ações Táticas Especiais
GREC	- Gerência Regional de Educação
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
NEV	- Núcleo de Estudo da Violência
PB	- Paraíba
PCE	- Policiamento Comunitário Escolar
PIB	- Produto Interno Bruto
PM	- Polícia Militar
PMDF	- Polícia Militar do Distrito Federal
PMPB	- Polícia Militar da Paraíba
PMSP	- Polícia Militar do Estado de São Paulo
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROERD	- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PRONASCI	- Programa Nacional de Segurança com Cidadania
ROTAM	- Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas
SEDUC	- Secretaria de Educação e Cultura
SENASP	- Secretaria Nacional de Segurança Pública
SINEPEC	- Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Campina Grande
SUSP	- Sistema Único de Segurança Pública
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para Infância
USP	- Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>16</b>
2.1	VIOLÊNCIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO .....	16
2.1.1	<b>Contextualização</b> .....	16
2.1.2	<b>A Violência na Visão de Alguns Teóricos</b> .....	17
2.1.3	<b>A Violência e suas Expressões</b> .....	17
2.2	SEGURANÇA PÚBLICA: PANORAMA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL, SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA E O PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA COM CIDADANIA.....	19
2.2.1	<b>Segurança Pública</b> .....	19
2.2.2	<b>O Panorama da Segurança Pública no Brasil</b> .....	21
2.2.3	<b>Segurança com Cidadania</b> .....	23
2.2.4	<b>Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)</b> .....	24
2.2.5	<b>O Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI)</b> .....	25
2.3	VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR.....	27
2.3.1	<b>Proposta para Enfrentamento da Violência no Ambiente Escolar</b> .....	29
2.3.2	<b>Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) – Uma estratégia eficaz na prevenção ao uso abuso de drogas e a prática de violência no ambiente escolar</b> .....	33
2.3.3	<b>Companhia de Policiamento Comunitário Escolar (CPCE) – Criação, Funcionamento, Estrutura e Operacionalização</b> .....	34
2.3.4	<b>A Operacionalização da CPCE</b> .....	36
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>37</b>
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	37
3.2	LOCAL DA PESQUISA .....	38
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	39
3.4	INSTRUMENTO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	40
3.5	PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	42
<b>4</b>	<b>RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA</b> .....	<b>44</b>
4.1	TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS DIRECIONADOS AOS ALUNOS .....	44
4.1.1	<b>A Patrulha Escolar Visita a sua Escola com que Frequência</b> .....	45

<b>4.1.2</b>	<b>A Visita dessa Modalidade de Policiamento reduz à Violência no Ambiente Escolar .....</b>	<b>46</b>
<b>4.1.3</b>	<b>A Permanência da Patrulha Escolar Tornava o Ambiente mais Seguro .....</b>	<b>47</b>
<b>4.1.4</b>	<b>As Escolas-Alvo da Pesquisa Recebiam a Visita de outra Modalidade de Policiamento .....</b>	<b>48</b>
<b>4.1.5</b>	<b>A Polícia Militar deveria criar uma Modalidade de Policiamento Especializada no Atendimento às Ocorrências nas Escolas de Campina Grande .....</b>	<b>49</b>
<b>4.1.6</b>	<b>O que Poderia ser feito para Amenizar a Violência Dentro ou Fora das Escolas de Campina Grande .....</b>	<b>51</b>
<b>4.1.7</b>	<b>A Patrulha Escolar durante o seu período de Atuação Atendeu as Expectativas da Comunidade Escolar de Campina Grande.....</b>	<b>52</b>
<b>4.1.8</b>	<b>O Problema Relacionado à Violência no Ambiente Escolar dever ser Enfrentado numa Parceria entre a PM e a Secretaria de Educação .....</b>	<b>53</b>
<b>4.1.9</b>	<b>Na Opinião da Comunidade Escolar a Patrulha Escolar deveria ser Composta por Policiais Diferenciados dos Demais .....</b>	<b>54</b>
<b>4.1.10</b>	<b>No Entendimento dos Alunos havia uma Boa Interação entre estes e os Integrantes da Patrulha Escolar.....</b>	<b>55</b>
<b>4.1.11</b>	<b>Na Concepção dos Alunos, o serviço Desenvolvido pela Patrulha Escolar Atendia às Expectativas da Comunidade Escolar .....</b>	<b>56</b>
<b>4.1.12</b>	<b>À Luz da Constituição Federal de 1988, qual era o Tratamento Dispensado pelos Integrantes da Patrulha Escolar aos Alunos das Escolas Pesquisadas .....</b>	<b>57</b>
<b>4.1.13</b>	<b>A Postura dos Integrantes da Patrulha Escolar na Opinião dos Alunos era Considera: profissional, pouco profissional ou sem profissionalismo.....</b>	<b>58</b>
<b>4.1.14</b>	<b>A Patrulha Escolar Atuava Repressivamente, apenas Prendendo e Abordando ou Desenvolvia outras Ações .....</b>	<b>59</b>
<b>4.1.15</b>	<b>Perguntado aos Alunos como eles Definiriam o Serviço Prestado pela Patrulha Escolar .....</b>	<b>60</b>
<b>4.1.16</b>	<b>Perguntado aos Alunos Caso Fossem Atribuir uma nota de 0 a 10 que nota você/eles dariam a Patrulha Escolar .....</b>	<b>61</b>
<b>4.1.17</b>	<b>Na Opinião dos Alunos, a Polícia Militar do Estado da Paraíba Deveria ter um Policiamento Especializado de Proteção às Escolas .....</b>	<b>62</b>
<b>4.1.18</b>	<b>Perguntado aos Alunos como eles Definiriam o Serviço Prestado pela Patrulha Escolar .....</b>	<b>63</b>
<b>4.1.19</b>	<b>Na Opinião dos Alunos os Integrantes do Patrulhamento Escolar Transmitiam Confiança no Trabalho Realizado Junto à Comunidade Escolar .....</b>	<b>64</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>66</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>68</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>74</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as polícias militares do Brasil têm buscado inserir na sua estrutura organizacional várias modalidades de policiamento especializado, a exemplo do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas (ROTAM), Batalhão de Operações Especiais (BOPE), Força Tática (FT), dentre outras, tudo isto como forma de atender a uma demanda social que requer por parte das polícias militares do país uma intervenção de maneira qualificada, a exemplo da existência em alguns Estados da federação, bem como o Distrito Federal que criou o 1º Batalhão de Policiamento Escolar (1º BPEsc/PMDF), objetivando melhor atender à comunidade escolar, seja reprimindo as práticas de violência nesse ambiente ou focada na prevenção, objetivo maior das polícias como destaca a Carta Magna do país.

As escolas brasileiras ultimamente têm sido alvo constante de ações delituosas, sejam estas praticadas por pessoas estranhas ou pelos alunos, inclusive mortes já foram registradas em várias partes do país.

A partir dessa realidade, os profissionais de Segurança Pública, com base nos constantes clamores por parte da própria comunidade escolar, implantaram nas suas Unidades Operacionais uma fração de policiais específicos para lidar com as questões relacionadas à violência no ambiente escolar. Surge, desde então, o chamado policiamento escolar, mais conhecido como Patrulha Escolar, que, em que pese os esforços, tem passado por profundas dificuldades, pois não está inserida na estrutura organizacional da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), ficando desta forma a critério dos comandantes em efetivá-la ou não.

Essa inquietação tem sido alvo de constantes debates, principalmente, entre os policiais que integraram a citada modalidade, sendo assim, este trabalho visa responder alguns questionamentos como forma de melhor entender o porquê da inconstância na permanência ou não desse policiamento. Portanto, seguem as questões que nortearam essa pesquisa: **qual a importância da normatização da Companhia de Policiamento Comunitário Escolar (CPCE) na estrutura organizacional da PMPB? Embora não esteja respaldada legalmente, nem tampouco fazer parte da estrutura orgânica da PMPB esta modalidade tem sortido efeito na atividade a que se propõe? Há uma amostra das ações do policiamento escolar que justifique a sua implantação e legalização enquanto política de governo?**

Trabalhando há treze anos diretamente com a comunidade escolar, seja na condição de policial educador ou na atividade fim (operacional), considerando ainda o fato de ter

elaborado dois trabalhos acadêmicos voltados para a mesma área, tais fatores contribuíram para a busca na efetivação de uma modalidade de policiamento especializada que seja capaz de lidar com as problemáticas relacionadas à violência envolvendo as escolas públicas, como forma de prestar um serviço de qualidade por intermédio de policiais qualificados e comprometidos com a redução dos vários atos violentos que afligem educadores e educandos.

É embasado nesta premissa que o presente estudo está alicerçado, buscando aferir duas realidades: a primeira delas diz respeito à avaliação da comunidade escolar de Campina Grande em relação à experiência de Patrulha Escolar no âmbito da circunscrição do 2º BPM, sediado em Campina Grande-PB, e a segunda remete-se ao desenvolvimento de uma modalidade de policiamento especializado (Patrulha Escolar) através de uma pesquisa de caráter qualitativo/quantitativo a ser realizada com alunos do Ensino Médio, na faixa etária entre 16 e 24 anos, dos três turnos, em diferentes zonas da cidade, ou seja, norte, sul, leste e oeste, cujo percentual constou de 10% das escolas públicas estaduais do compartimento da Borborema, o que compreende cinco escolas.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário composto por vinte perguntas objetivas e para a referida coleta foram implementados 173 instrumentos com os alunos.

Diante de tudo que fora exposto, este projeto visa ressaltar a importância da inserção de uma CPCE, na estrutura organizacional da PMPB, sendo esta composta por policiais militares especializados nessa modalidade, consistirá numa repressão qualificada, seja nos problemas relacionados à violência dentro ou nas imediações das escolas, sobretudo mediando conflitos já que este é um dos principais motivos de deslocamento de viaturas quando o assunto é violência no ambiente escolar.

O referencial teórico deste trabalho estará dividido em três seções distintas: a primeira irá tratar da violência no mundo contemporâneo, sua contextualização, a violência na visão de alguns teóricos e suas expressões. A segunda seção abordará a segurança pública brasileira, o panorama da segurança pública no país, com ênfase no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e no Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI). A terceira seção apresentará uma discussão em torno da violência no ambiente escolar, enfatizando uma proposta para enfrentamento da violência no ambiente escolar, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e a criação, funcionamento, estruturação e operacionalização da Companhia de Policiamento Comunitário Escolar (CPCE).

A terceira parte deste trabalho apresentará a metodologia do estudo contendo os métodos e as técnicas utilizadas no decorrer de sua execução, dando ênfase à caracterização

da pesquisa, ao local, população e amostra, instrumento e técnica de coleta de dados e o procedimento de coleta e análise dos dados.

A quarta parte do presente trabalho é composto de uma análise e discussão dos dados coletados por meio de um questionário aplicado a alunos de escolas públicas de Campina Grande – PB; encerrando o presente trabalho com as considerações finais, que trazem as conclusões dos resultados alcançados pela pesquisa, assim como, algumas sugestões; a estrutura do TCC é finalizada pelas referências que foram necessárias para a construção da revisão da literatura seguida dos apêndices.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 VIOLÊNCIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

A violência no mundo contemporâneo ganhou dimensões jamais imaginadas pela comunidade global, neste sentido o ambiente escolar também não ficou isento de tais mazelas uma vez que é cada vez mais frequente a incidência de práticas de violência neste ambiente tais como: atos de vandalismo, pichações, agressões físicas e verbais (xingamentos), sejam elas praticadas contra educadores, funcionários ou até mesmo entre os próprios alunos, bem como depredação do patrimônio público, tráfico e consumo de drogas, entre outros.

#### 2.1.1 Contextualização

No Brasil a violência está intimamente ligada à condição de vulnerabilidade social de certos extratos populacionais, como por exemplo, os jovens. Atualmente, esses atores sofrem riscos de exclusão social sem precedentes devido a um conjunto de desequilíbrios provenientes do mercado, Estado e sociedade que tendem a concentrar a pobreza entre os membros deste grupo e distanciá-los do “curso central” do sistema social, favorecendo, desta forma, para o ingresso dessa mesma parcela da sociedade no envolvimento direto nas atividades violentas, em função da ausência de oportunidades no tocante aos direitos sociais. De acordo com Abramoway et al. (2002, p. 57):

Pelo foco da vulnerabilidade advoga-se que a violência embora associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais e a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades da cada grupo social, desencadeando comportamentos violentos [...].

Um aspecto a ser observado nessa vulnerabilidade, é a impossibilidade de acessos aos bens materiais ou simbólicos (educação, trabalho, saúde lazer e cultura), por parte de indivíduos que compõem esta parcela da sociedade, deixando-os fora das oportunidades geradas pelo Estado, mercado e sociedade como forma de ascensão social.

Na visão de alguns teóricos a violência no Brasil tem características próprias, e meio as inúmeras distorções, sobretudo as de cunho social, fazendo com que o haja uma briga constante por espaços dentro de uma relação hierarquizada, conforme Da Matta (1993 *apud* DIAS, 1996, p. 50-51) assim poderíamos traduzi-la:

Nossa violência parece estar ligada à reivindicação de espaço interno quando a rede de relações entra em conflito direto com os interesses refletidos neste espaço [...] a violência brasileira seria um modo desesperado mas permanente de buscar a integração política e social de um sistema vivido e percebido como fragmentado, dividido e dotado de éticas múltiplas. A violência serviria tanto para hierarquizar os iguais quanto para igualar os diferentes [...]

Assim como se apresenta de diferentes formas e expressões, a violência na visão de alguns teóricos trás em seu bojo múltiplas conotações, come significados diversificados que irão provocar reflexões das mais diversas em torno do mesmo assunto, fato abordado no item que se segue.

### 2.1.2 A Violência na Visão de Alguns Teóricos

Ao contrário do que nos apresenta o senso comum, a violência tem na sua essência múltiplas causas, na visão de alguns autores não há um só fator que seja determinante ou que predomine, são inúmeros fatores que irão favorecer para o seu surgimento, bem como para a sua propagação em sociedade.

Na visão de alguns autores a violência se apresenta em diversos significados que conduzir a conotações das mais diversificadas possíveis. Chauí (1999, p. 3-5) define a violência de forma multifacetada: seria tudo o que vale da força para ir contra a natureza de um ator social, ou seja, todo o ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém e todo o ato de transgressão contra o que a sociedade considera justo e direito.

Para Santos (1986:53), as noções de solidariedade social, consciência coletiva, crime e anomia fornecem um ponto de partida para o estudo da violência. Segundo Durkheim in Santos, a violência seria definida como, “um estado de fratura nas relações de solidariedade social e em relação às normas sociais e jurídicas vigentes em dada sociedade”. Violência esta que trás em seu contexto uma série de expressões de acordo com o ambiente social e, em alguns casos, praticadas de diversas maneiras e por diferentes atores.

### 2.1.3 A Violência e suas Expressões

Em sentido estrito refere-se à **violência física** como a intervenção de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro(s) indivíduo(s) ou grupo(s) e também contra si mesmo. Tal definição abarca desde os suicídios, espaçamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios até a violência no transito (camuflada sobre o nome de “acidentes”) e todas as

diversas formas de agressão sexual, ou seja, a violência que se encontra no código civil ou segundo Chesnais (1981), a “violência dura”.

A **violência simbólica** refere-se ao abuso do poder baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade, como a violência verbal e também a violência institucional marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder.

Analisando a definição que está apresentada no Dicionário do Pensamento Marxista (1988 *apud* CANDAU; LUCINDA; NASCIMENTO, 2001, p. 156):

Por violência entende-se a intervenção de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo). Para que haja violência é preciso que a intervenção física seja voluntária [...]. a intervenção física, na qual a violência consiste tem por finalidade destruir, ofender e coagir [...]. A violência pode ser direta ou indireta [...].

Por conseguinte, as escolas brasileiras há algumas décadas vêm sendo alvo de ações delituosas, sejam essas praticadas por pessoas estranhas ao ambiente escolar ou até mesmo por alguns alunos, crimes como: consumo de drogas, vandalismo, porte de arma, tráfico, pichações, lesões corporais, entre outros, sem esquecer o fato de que até alguns homicídios ocorrem dentro do perímetro escolar, fato este registrado em várias partes do país. Segundo Zagury (2006, p. 1), “a disciplina parece ter-se tornado problemática”. De acordo com Devine (1996 *apud* ABRAMOWAY, 2006, p. 312):

A polícia passou a fazer parte da rotina da escola num contexto de mudança de modelo de relacionamento entre a escola e comunidade. O autor relata que a escola foi tomada por uma cultura de rua que entra em conflito com cultura escolar, gerando novas situações com as quais professores, diretores e funcionários não estavam acostumados a lidar. Essas situações também não se enquadram nos mecanismos institucionais convencionais das escolas, não podendo ser resolvidas no âmbito das regras, nem da autoridade dos professores.

No ambiente escolar muita coisa mudou, disso os estudiosos não têm dúvidas, pois em pesquisa divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), realizada com educadores na Paraíba, divulgada em 2005, comprovou que 49% dos professores já sofreram algum tipo de agressão por parte dos alunos, 35% já sofreram alguma agressão verbal, 14% deles já sofreram alguma agressão, 60% das denúncias são agressões verbais (CIBELLI; TORRES, 2005).

Este cenário apresentado em boa parte das escolas brasileiras, tem posto aos profissionais de Segurança Pública desafios que tem inquietado especialistas, não apenas na seara da educação, mas, sobretudo, aqueles diretamente ligados ao aparato de segurança

estatal, em particular as polícias militares do país, que tem buscado soluções que visem atender as novas demandas sociais, dentre elas os desafios impostos pelo universo escolar quando o assunto é violência no ambiente escolar, fator esse que será abordado em capítulo específico neste trabalho acadêmico.

## 2.2 SEGURANÇA PÚBLICA: PANORAMA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL, SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA E O PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA COM CIDADANIA

### 2.2.1 Segurança Pública

A discussão da Segurança Pública, ao longo de décadas, foi sinônimo de um assunto a ser tratado, basicamente, pelos órgãos que compõem este sistema, ou seja, as polícias de um modo geral, em virtude da ausência de uma política de Segurança Pública formulada para atender as necessidades da população brasileira. Tal lacuna abriu espaço para ações desfavorecidas de uma política de avaliação e possíveis resultados, limitando-se ao viés repressivo sem que houvesse uma análise mais aprofundada acerca das questões que norteavam à problemática, mas nos dias atuais tal erro é entendido como algo inconcebível, pois a Carta Magna do país trás no bojo de seu texto de forma bastante clara que esta é uma atribuição de todos, estando assim definido na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144: “a Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos [...]” (BRASIL, 2013).

Há de se admitir, no entanto, que no cotidiano das cidades brasileiras, de um modo geral, a responsabilidade desses órgãos não se limita apenas às questões ligadas à Segurança Pública, mas são extensivas a problemas de ordem social. De acordo com Murphy (1993, p. 3):

Numa sociedade democrática, a responsabilidade pela manutenção da paz e a observância da lei e da comunidade, não é somente da Polícia. É necessária uma polícia bem treinada, mas o seu papel é o de complementar e ajudar os esforços da comunidade, não de substituí-los.

Há de se observar, portanto, que o trabalho policial, assim como o da Segurança Pública como um todo, tem seus limites, isoladamente não dará conta dos problemas de segurança, que são complexos, móveis e dependentes de fatores sociais, culturais e pessoais que transcendem as práticas das corporações de Segurança Pública, mas se for enfrentado por

todos, com a participação efetiva dos segmentos sociais existentes numa sociedade, sejam eles quais forem, certamente, a resolução dos problemas será de maior intensidade.

A segurança pública é a atividade exercida por órgãos do Estado que junto à sociedade busca proporcionar a convivência harmoniosa entre os indivíduos visando à ordem pública. Entre os órgãos que promovem a Segurança Pública a Polícia Militar é a instituição mais próxima dessa comunidade, visando promover a ordem pública por sua característica ostensiva e pronto atendimento de ocorrências. Conceituar ordem pública é uma tarefa difícil, pois a ordem no seio social não se mostra estática e sim dinâmica, modificando seus valores morais e legais. Segundo Filocre (2010, p. 24) ordem pública “é o estado de instabilidade dinâmica de uma sociedade, resultante de mecanismos reguladores, que confere o estabelecimento de relações livres a cada um dos indivíduos”.

Em meio a tantos períodos conflituosos registrados na nossa história, deixando marcas nos dias atuais, sobretudo na seara da segurança pública, pois, de acordo com Simão (2011, p. 32), “no ano de 1985, os órgãos de segurança pública se deparam com o início de uma nova realidade social, pautado em procedimentos democráticos ratificados pelo menos em termos formais na Constituição da República Federativa do Brasil”.

Ao incorporar o tema no texto da carta magna, o legislador instituiu um status de direito fundamental, assim o Estado é o principal garantidor de sua efetividade, mas a responsabilidade recai sobre todos, por conseguinte, o cidadão passa a ser parceiro da organização policial, se envolvendo na identificação, apontando prioridades e indicando soluções problemas, com relação à segurança pública pautada na perspectiva cidadã.

Dentro dessa nova política de segurança pública desenvolvida no país, o policiamento comunitário é visto como uma nova maneira de pensar e agir em segurança pública, atribuindo responsabilidades a comunidade, constituído por policiais mantendo contato direto, pessoa e contínuo com a comunidade em busca da formação dos problemas específicos de cada local, adquirindo a confiança e participação dos cidadãos através da ética e legalidade, visando uma melhor qualidade de vida.

Para que haja uma melhor compreensão dessa trajetória percorrida até os dias atuais, necessário se faz desenhar o panorama da atual segurança pública no Brasil, para daí então facilitar um melhor entendimento desse tema tão complexo e que vem despertando o interesse de estudiosos no assunto.

### 2.2.2 O Panorama da Segurança Pública no Brasil

Durante muito tempo, no Brasil, a Segurança Pública foi negligenciada por governantes, criticada por sociólogos, bem como renegada pela sociedade, pois não acreditara nas instituições policiais, seja por resquícios da ditadura, ou até mesmo por falta de interesse de alguns gestores públicos, não dando a devida atenção, nem tampouco investindo de forma significativa para que os profissionais de Segurança Pública pudessem prestar um serviço de qualidade. A partir daí, começa a surgir uma série de preocupações não só com as questões que envolvem a seara da segurança, mas, sobretudo, a importância desse profissional no mundo contemporâneo, chamando a atenção para as inúmeras dificuldades pelos quais passam esses profissionais no exercício das suas funções, pois segundo Bittner (2003, p. 146):

A polícia é constituída por funcionários, policiais, profissionais, não importando como sejam chamados, responsáveis por desempenhar uma diversidade de papéis, para a execução de um trabalho, por vezes extraordinário, difícil e variado, que envolve inúmeras decisões [...].

Algumas críticas que foram feitas aos presidentes que estiveram à frente do país eram pelo fato de não haver no Brasil uma política de Segurança Pública definida, fazendo com que cada Estado desenvolvesse suas práticas de acordo com o entendimento do governo, ou seja, era uma política de governo e não de Estado.

Em 1997, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, cria-se a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que há época significou um marco da Segurança Pública do país, pois a partir daí começa a ser construída uma proposta que mais tarde se transformara e fora responsável pela criação e implantação da Política Nacional de Segurança Pública, com a criação de um Fundo Nacional de Segurança Pública em instrumento indutor da política de segurança e, em lugar de projetos isolados, passou a privilegiar planos acoplados a planejamento, metas, avaliação e monitoramento.

No governo de Lula, a SENASP teve suas atribuições redefinidas e passou a ser responsável pela criação e implantação da Política Nacional de Segurança Pública, que tem como principal diretriz o redesenho do aparelho policial brasileiro (HOFFMAN; HAMMERSCHMIDT, 2012, p. 25-26).

A SENASP passa a dialogar com universidades, institutos e centros de pesquisa, seja este de forma pontual, seja pela participação em fóruns acadêmicos e científicos, seja em parceria com as instituições de ensino superior.

A aceitação da novidade e sua inegável contribuição demandava reflexão do braço do Estado ao qual caberia se estruturar conceitual e pragmaticamente, como exigência da mudança do paradigma de “repressão” para o de “pacificação”.

O surgimento da SENASP traz consigo não apenas uma mudança de nomenclatura, mas a implantação de uma nova forma de se fazer polícia, dessa vez pautada na parceria, estreitando os laços entre polícia e comunidade, dando início a uma nova filosofia nas instituições policiais com a difusão da polícia comunitária ou de aproximação, como é chamada em outros países.

Para a SENASP (2007 *apud* HOFFMANN; HAMMERSCHMIDT, 2012), a ideia central da Polícia Comunitária:

Reside na responsabilidade de propiciar uma aproximação dos profissionais de segurança junto a comunidade onde atua, como um médico, um advogado local; ou um comerciante da esquina; enfim, dar característica humana ao profissional de polícia, e não apenas um número de telefone ou uma instalação física referencial [...].

Ao mesmo tempo em que propõe essa revolução na política de Segurança Pública no país, um aspecto importantíssimo que, aliás, está contido em Brasil (1988, p. 100), que ressaltará a responsabilidade de todos no que diz respeito à segurança, assim estabelecerá:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:  
I - polícia federal;  
II - polícia rodoviária federal;  
III - polícia ferroviária federal;  
IV - polícias civis;  
V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Nesse período, observa-se um esforço por parte dos órgãos de Segurança Pública, em um primeiro momento desvincular as suas ações em práticas que remetessem ao período ditatorial, mas acima de tudo ficará evidenciada uma preocupação por parte dos profissionais de segurança apostando na reaproximação com a população, fato este configurado através da expansão em todo o país do policiamento comunitário, embora não seja difundido na sua plenitude.

Paralela a essa nova ótica no campo da Segurança Pública no Brasil, há uma propagação de vários cursos de capacitação para estes profissionais, sobretudo, policiais militares, como forma de prepará-los para essa nova filosofia de trabalho, sejam eles à distância ou presencial, disponibilizando ferramentas que irão viabilizar essa reaproximação com a população. De acordo com o Ministério da Justiça:

É preciso educarmo-nos, primeiro a nós mesmos, depois a comunidade e depois as futuras gerações de policiais e lideranças comunitárias, para esse trabalho conjunto realizado em prol do bem comum (BRASIL, 2007, p. 8).

Esse novo olhar para Segurança Pública no Brasil irá também redimensionar o papel do policial perante a sociedade, pois agora esse profissional tem agregado a si a condição de policial educador, seja integrando projetos sociais desenvolvidos pela corporação, a exemplo do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), ou no desempenho das suas atividades operacionais junto às comunidades, uma vez que no momento que se dá esse diálogo com a comunidade e este policial militar começar a orientar a população acerca de assuntos relacionados a direitos, deveres, prevenção às drogas, tratar de temas relacionados à família, ele estará reeducando essa população, ou seja, interferindo de forma educativa. Segundo Balestreri (2003, p. 59):

[...] o policial, assim, à luz desses paradigmas educacionais mais abrangentes, é um pleno e legítimo educador. Essa dimensão é inabdicável e reveste de profunda nobreza a função policial, quando conscientemente explicitada através de comportamentos e atitudes.

A partir daí, observa-se uma quebra de paradigma, momento em que há uma mudança de cultura onde, por sua vez, os policiais se tornaram um referencial a partir dessa interação, despertando nas pessoas com as quais ele tem contato uma reflexão, que teve seu início a partir da intervenção policial, focada na prevenção qualificada do crime, ou seja, o profissional de Segurança Pública faz uma abordagem diferenciada levando em consideração o sujeito multidimensional, não apenas um infrator da lei, mas alguém que tem uma história e está inserido em um determinado meio social, é dotado de carências das mais diversas, sejam elas política, socioeconômica ou cultural.

### **2.2.3 Segurança com Cidadania**

A nova perspectiva de modelo policial, bem como de Segurança Pública, denominada de Segurança Cidadã, contempla políticas de prevenção da violência e da criminalidade de forma comunitária, ou seja, a sociedade parceira das ações implementadas pela polícia, estando estas alicerçadas na confiança mútua entre as famílias das comunidades e com os profissionais da segurança pública. Ações estas que se inicia com a instalação dos chamados conselhos de segurança, onde por sua vez a comunidade passa a deliberar as questões relacionadas ao tema, bem como mostrar as suas necessidades buscando juntas, polícia e



comunidade, soluções para os problemas enfrentados no campo da segurança ou diretamente afetados pela ausência desta.

Considerando que a responsabilidade no trato das questões relacionadas à área da segurança pública compete a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vinculada diretamente ao Ministério da Justiça, com a principal atribuição de coordenar a Política de Segurança Pública e de articular junto aos demais órgãos do Governo Federal, estados, municípios e do Distrito Federal, para indução e concretização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Paralelamente, o Ministério da Justiça, conhecedor da necessidade de institucionalizar os conceitos de segurança com foco na cidadania, em legislação própria, lançou o Programa Nacional de Segurança Pública (PRONASCI), de caráter nacional, que alcança todas as esferas governamentais, bem como envolve a parte mais interessada nesse processo: a sociedade.

Trabalhando juntos e interligados, o SUSP e o PRONASCI trazem uma nova visão para a segurança pública brasileira, imersos no novo conceito de Segurança Cidadã. Um conjunto de ações que conheceremos um pouco mais nos itens que se seguem.

#### **2.2.4 Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)**

O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) foi lançado em abril de 2003, considerado um esforço inédito do Governo Federal com o intuito de elaborar uma política pública de segurança no âmbito nacional, tendo como objetivo maior a integração e articulação das forças de segurança, polícias federal, militar, civil e municipal, por intermédio das guardas municipais. Conforme destaca o Projeto-Lei 3.734/2012, de 24 de abril de 2012, cujo art. 11, irá mencionar:

Poderão ser constituídos, gabinetes de gestão integrada encarregados da implementação das políticas e estabelecidas pelo Conselho de Segurança Pública no âmbito nacional, regional, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os quais se nortearão pelo plano nacional de Segurança Pública (BRASIL, 2012, p.4).

A implantação do referido sistema tem sido um fator determinante na redução das taxas de homicídio no Brasil, por exemplo, além de envolver diferentes atores que não participam dessa ação, sendo estes responsáveis por desenvolver medidas que tenham impacto sobre a Segurança Pública, tais como as áreas de saúde, educação, trabalho, entre outras.

A maior mudança a ser observada quando da criação do sistema, embora seja considerada por alguns a mais difícil, por mexer em tradicionais e clássicos procedimentos, consistiria em modificar o *modus operandi*, que levaria a novas convicções, formas de pensar e agir, ou seja, um novo paradigma mental e operacional, porém, indispensável para redefinir o papel policial em sociedade. Para Hoffmann; Hammerschmidt (2012. p. 29), deveria proceder a:

[...] adequações necessárias por parte de seus policiais em relação a seu *modus operandi*, ou seja, não somente atuem com a polícia de forma reativa, que só aparece para prender, mas com um policiamento proativo, que atua antes do acontecido [...].

Ao adotar uma nova política de Segurança Pública, desta vez pautada em ações alinhadas a eixos temáticos pré-definidos, esta servirá de norte para as ações desenvolvidas pelas polícias em todo país dentro uma proposta única, mas que atende, naquele momento, às expectativas da população, com um diferencial que é o fato de estar longe das ações meramente repressivas.

### **2.2.5 O Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI)**

Em agosto de 2007, foi lançado o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), este, por sua vez, consiste numa articulação de ações de Segurança Pública com políticas sociais a serem realizadas, de forma integrada, com a participação ativa de governos municipais, estaduais e federais, tendo como foco principal as comunidades locais.

Surgiu a partir de uma inquietação existente entre duas alas da sociedade, de um lado os intelectuais debruçados sobre seus livros em busca de uma política pública de segurança consistente e que atendesse às necessidades da sociedade brasileira no país, por outro lado, os profissionais de Segurança Pública, em que pese o conhecimento do qual são possuidores, não participavam da elaboração, discussão, tomada de decisão, entre outros da Segurança Pública no Brasil.

O programa surge para unir as duas áreas e, lado a lado, poder construir algo que representasse a vontade do povo, que sabe o que melhor atenderia às suas necessidades, por estar enraizado naquele local, esta união de forças dará início a uma das melhores parcerias feitas nos últimos dez anos, fazendo com que todos participem efetivamente da política de Segurança Pública, já que a população se sente partícipe dentro de uma gestão democrática. De acordo com Carvalho (1998, p. 49):

Ao tentar implantar este modelo, governo e líderes a sociedade acreditaram que esta poderia ser uma forma de democratizar as instituições responsáveis pela segurança pública, isto é, à medida que se abre para a sociedade, congregando líderes locais, negociantes, residentes e todos quantos puderem participar da segurança local, a polícia deixa de ser uma instituição fechada e que, estando aberta às sugestões, permite que a própria comunidade faça parte de suas deliberações.

No que se refere à legislação, foram encaminhados pelo Ministério da Justiça alguns projetos de lei, visando dar garantias à plena execução das políticas previstas pelo PRONASCI. Dentre eles, destacam-se os seguintes: criação da Lei Geral da Polícia Civil e regulamentação do § 7, do art. 144 da Constituição Federal, que institui formal e legalmente o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Entre as ações do PRONASCI, estão a formação e valorização do policial, com os cursos de capacitação oferecidos pela Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENASP) e a Bolsa-Formação. A reestruturação do sistema penitenciário, com a criação de cerca de 34 mil bagas, o combate à corrupção policial, o fortalecimento das guardas municipais e o policiamento comunitário (interação entre polícia e comunidade) também são prioridades do Programa.

Esse aglomerado de ações, pautadas numa política pública de segurança, que não se restringe às medidas paliativas, em que se observa acima de tudo uma ação continuidade, com ênfase dada à interligação entre elas, fica evidenciado uma clara preocupação por parte do governo federal, é claro, em parceria com as demais esferas governamentais, pois procurar atuar em toda extensão do problema, sobretudo focada nas suas causas e, não apenas em seus efeitos, fato este perceptível com a efetivação de uma verdadeira política de segurança que tem como suporte os programas e projetos desenvolvidos com o intuito de combater a violência e reduzir a criminalidade, devolvendo, aos poucos, à sociedade brasileira a sensação de segurança, e, por conseguinte, qualidade de vida a esta população.

A implementação de ações sejam elas em qualquer campo for, requer por parte de quem a elabora um conhecimento em torno do assunto a ser discutido, partindo desse princípio no capítulo a seguir será apresentada uma discussão em torno da violência, com especial destaque, aquela praticada no ambiente escolar, para que tenhamos a real dimensão das inquietações que justificam a elaboração do presente trabalho, que objetiva despertar nos gestores públicos militares, acerca da importância de implementar uma companhia especializada no trato com a violência nas escolas.

## 2.3 VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

No Brasil, há 200 mil escolas, sendo que 84,5% dos alunos estão matriculados em escolas públicas, com outros 15,5% em instituições privadas. Em se tratando de analfabetismo, os dados apontam 8,6% dos brasileiros, os outros 20,4% são considerados analfabetos funcionais, ou seja, não compreendem o que leem, é o que revela a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para Gravatá (2013, p. 13), “um dos desafios brasileiros é dar conta, ao mesmo tempo, de demandas dos séculos 19, 20 e 21. Do espaço físico, do analfabetismo e da reinvenção da sala de aula”.

Em meio aos desafios postos, surgem as demandas que nem sempre poderão ser enfrentadas com suporte pedagógico, pois esse ambiente está permeado de situações complexas necessitando, portanto, do apoio de outras instituições, sobretudo da Polícia Militar.

O ambiente escolar, no entanto, tem reservado outros desafios que inquietam educadores, pais, psicólogos, antropólogos, sociólogos e estudiosos no assunto. Como se não bastassem às dificuldades que permeiam o ambiente escolar, agora o fenômeno da violência nos ambientes escolares há muito tem preocupado a sociedade, se tornando cada vez mais comum o registro de alunos atingidos por disparos de arma de fogo dentro ou nas imediações das escolas, como também envolvidos com tráfico de drogas. No tocante ao consumo e, sobretudo, ao tráfico de drogas, há uma lógica que justificará a invasão de qualquer espaço para a sua comercialização. De acordo com Coggiola (1996 *apud* BRANDÃO, 2008, p. 45):

[...] Ao analisar o capitalismo e o tráfico internacional de drogas, ressaltará que o problema das drogas teve sua expansão principalmente após a década de 80, onde houve a expansão e o consumo [...], por isso hoje é tratada como uma questão mundial.

Na visão de alguns estudiosos no assunto, o ambiente escolar passou a ser interpretado como um espaço privilegiado para a expansão de um negócio extremamente lucrativo que é o tráfico de drogas. Para Candau, Lucinda e Nascimento (2001, p. 68):

[...] a intenção por parte do narcotráfico nessas escolas se faz [...] de forma sutil, com pouca visibilidade, através de diferentes mediações, representativas de posições diversas em relação às quadrilhas, tendo como propósito, ampliar a área física e os grupos sociais sob seu controle.

Em alguns Estados da federação, a exemplo do Rio de Janeiro, as facções criminosas chegam a determinar os horários que as escolas devem funcionar, sem esquecermos a violência que há tempos campeia o cotidiano escolar (palavrões, gestos obscenos, desrespeito aos educadores, pichações, depredações, *bullyng*, *cyber bullyng* e outros). Em meio às outras formas de interferências dos grupos externos, pode-se perceber que, segundo Fukui (1992 *apud* CANDAU; LUCINDA; NASCIMENTO, 2001, p. 111-113):

[...] As invasões por parte de “alunos insistentes” que vão à escola para desfrutar de um mínimo de convívio social, a invasão pela população do bairro que ocorre mais pela indefinição dos espaços de escola e pela facilidade de acessos [...] do que por ação agressiva, e a invasão pela polícia ou representantes de outras instituições, quando, sem licença, invadem a esfera de autoridade do diretor e dos professores, para revistarem os alunos, por exemplo.

Nesse contexto, há, porém, um aspecto que tem chamado à atenção de alguns estudiosos no assunto. No tocante a alguns atos praticados contra a escola ou nos casos de ameaças contra professores, observa-se que os gestores não são pessoas da comunidade, deixando os moradores isentos da administração e não há nenhuma parceria entre comunidade/escola. Por esses motivos, eles se sentem excluídos, dando margem para tais agressões, pois, na maioria dos casos, esta gestão está pautada no autoritarismo, nas indiferenças e nas omissões. Esta situação poderia ser revertida se houvesse, por parte de alguns gestores, uma busca pela consolidação da cidadania em fortalecer a interação entre escolas e comunidade. Segundo Alarcão (2001 *apud* PEREIRA, 2003, p. 24):

A escola precisa abandonar os modelos mais ou menos estáticos e posicionar-se dinamicamente, aproveitando as sinergias oriundas das interações com a sociedade e com outras instituições, fomentando, em seu seio, interações interpessoais salutares.

O estreitamento dos laços entre polícia, escola e família visa tão somente envolver os atores diretamente afetados pelos diversos problemas que afetam não apenas as escolas, mas a população como um todo, e por intermédio dessa parceria será viabilizada a construção de uma proposta dentro dos anseios sociais, neste sentido, o policiamento comunitário consiste numa ferramenta indispensável para o enfrentamento qualificado da violência. De acordo com Jucá (2002):

[...] É uma atividade que viabiliza a mediação de conflitos, a proposta de soluções por quem mais conhece as dificuldades cotidianas, o monitoramento das atividades policiais, bem como a elaboração conjunta da política de segurança e de prevenção do crime. Ademais, o policial revela-se amigo da população, gerando a confiança mútua essencial ao combate à criminalidade [...].

Conforme citado pela autora, a filosofia de policiamento comunitário não está focada apenas na prevenção dos delitos, mas também nas situações em que o conflito foi gerado, houve a intervenção de um terceiro, neste caso o policial militar, viabilizando um diálogo, e, por conseguinte, o restabelecimento dos laços afetivos, já que na maioria das vezes esses conflitos envolvem pessoas que se conhecem, a exemplo dos inúmeros ocorridos nas escolas.

A partir dessa realidade, alguns Estados da federação, com base na incidência de casos registrados de tantos atos de violência que atraíram os olhares do país e, por que não dizer do mundo, fazendo com que algumas polícias militares no Brasil, através das suas Unidades Operacionais criassem um grupo de policiais específicos para lidar com essas questões, surge daí, então, o chamado policiamento escolar, mais conhecido como Patrulha Escolar, a exemplo de São Paulo que embora não haja um grupamento da Polícia Militar do referido Estado formalmente constituído para os estabelecimentos de ensino, mas existe uma estratégia específica para o policiamento escolar, estabelecida no Plano de Segurança nas Escolas<sup>1</sup>.

### **2.3.1 Proposta para Enfrentamento da Violência no Ambiente Escolar**

No ano de 2011, um grupo de dezesseis policiais militares integrantes do 2º Batalhão de Polícia Militar sediado em Campina Grande-PB, estando por sua vez lotado à época nas Rondas Ostensivas Táticas com Apoio de Motocicletas (ROTAM), sob o comando do 2º TEN QOC PM Jonatha Midori Yassaki, ocasião esta que recebera a incumbência de montar uma equipe de policiais militares para proteger as escolas, mas buscando estabelecer parcerias, bem como o envolvimento de diferentes atores sociais, seja por intermédio de instituições, principalmente das “vítimas” da violência, educadores, funcionários, alunos e gestores.

Conforme sugere o Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens (2012), da Secretaria de Direitos Humanos, vinculada ao Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), através do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. Conforme Neto (2006, p. 6):

O confronto público das diversas experiências profissionais desbloqueia a criatividade social para novas abordagens. No policiamento comunitário, por exemplo, a polícia tem as suas competências e estruturas redefinidas, para poder

---

<sup>1</sup>Por meio da Polícia Militar, foi implantado no ano de 2005, no Estado de São Paulo, o Plano de Segurança nas Escolas. Foram adquiridas 596 viaturas exclusivas para o policiamento escolar em todo o Estado, feita por 1.707 policiais militares que cobrem 2.585 escolas na grande São Paulo e 4.419 escolas do interior. In: [http://www.saopaulo.sp.gov.br/acoes/social/seg\\_publica.htm](http://www.saopaulo.sp.gov.br/acoes/social/seg_publica.htm).

interagir com outras organizações no processo de identificação, análise e gestão dos problemas.

O projeto surge alicerçado no trabalho comunitário, tendo este como foco a comunidade escolar, seja na redução do consumo de drogas dentro e fora das escolas, levando em consideração ainda que, para se atingir as metas contidas na proposta, só teria sua eficácia se contasse com a colaboração de todos, neste sentido, essa se constitui numa das três dimensões que a define como uma atividade comunitária amplamente divulgada pela Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas. De acordo com Sudbrack (*apud* MACEDO, 1997, p. 170), “a participação que gera mudanças na maneira de se posicionar e nas atitudes práticas das pessoas diante do problema; a intervenção adquire, assim, uma outra eficácia, porque se fundamenta na contribuição de todos”.

Após a designação, teve início a elaboração do projeto intitulado: “A ROTAM na Construção de uma Proposta para o Enfrentamento da Violência no Ambiente Escolar”. A referida proposta foi construída com base em referências teóricas com toda a estrutura de um projeto científico, cuja composição previa: referencial teórico, objetivo geral e específico, cronograma, materiais logístico e humano, metas e avaliação.

O projeto previa em seu bojo a utilização de alguns instrumentos que foram criados como forma de sistematizar o trabalho, tais como: relatório de visitas, mapa de acompanhamento das ocorrências, disque-patrolha (4100-0833), canais de comunicação com a comunidade escolar via redes sociais, *facebook* (patrolhaescola2bpm@gmail.com), *twitter* (@patruhaescolar2bpm), cronograma de atividades educativas, entre outros. Constituindo-se, desta feita, uma política de Segurança Pública específica para a comunidade escolar.

Na visão de alguns teóricos, as ações trazem em seu contexto elementos que as diferenciam, uma ação policial (repressiva) e momentânea, de uma ação pautada numa política de Segurança Pública, pois, de acordo com Adelídio e Rosário (2001), trata-se, pois, a política pública, de uma estratégia de ação, pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva na qual tanto o Estado como a sociedade desempenham papéis ativos.

Inicialmente, foi realizada uma reunião com todo o efetivo do policiamento comunitário escolar, num primeiro momento, para sensibilizá-los acerca da importância da colaboração de todos para o sucesso de projeto, bem como divulgar o projeto dentro do que fora estabelecido no cronograma contido no corpo do trabalho. Considerando que o policiamento descentralizado e personalizado é um dos princípios norteadores da filosofia de polícia comunitária, pois conforme a Balestreri (2003, p. 59): “[...] o impacto sobre a vida de

indivíduos e comunidades, exercido por esse cidadão qualificado é, pois, sempre um impacto extremado e simbolicamente referencial para o bem ou para o mal-estar da sociedade”.

Inicialmente, foi feita uma visita aos gestores das escolas diretamente envolvidas no projeto, ou seja, 65 escolas públicas das redes municipal e estadual, das quatro zonas da cidade, norte, sul, leste e oeste.

Após estar de posse de um instrumento denominado relatório de visitas, a equipe do patrulhamento comunitário escolar visitou cada uma das escolas objetivando obter informações, por parte dos respectivos gestores, acerca das inquietações desses estabelecimentos escolares, bem como os atos violentos mais praticados, locais onde ocorriam, horas e possíveis autores, já que a violência no ambiente escolar se expressa por diferentes fenômenos. Segundo Charlot (2002 *apud* ABRAMOWAY, 2006, p. 80):

[...] a violência nas escolas é um fenômeno perpassado por múltiplas fontes de tensão – sociais, institucionais, relacionais e pedagógicas – que hoje agitam os estabelecimentos de ensino e sobre cuja base se produzem incidentes “violentos” no sentido mais estrito do termo [...].

Uma vez estando de posse dessas informações, as equipes foram divididas por zonas, ou seja, uma viatura ficaria responsável pelas zonas norte e leste, por conseguinte, a outra ficaria responsável pelas escolas da zona sul e oeste, divisão esta feita por aproximação, permitindo assim às equipes darem um maior suporte às escolas, conforme distribuição nos quadrantes.

Posterior a isso, foram confeccionadas rotas por zona, onde, por sua vez, cada equipe deveria comparecer regularmente a, em média, vinte escolas por turno, desta forma, ao término da semana, cada equipe teria visitado duas ou três vezes por semana, nos três turnos, cada uma das 65 escolas, reduzindo drasticamente o índice de violência no ambiente escolar.

Segundo Bueno da Silva (2009, p. 10):

O policial da Patrulha Escolar passa atuar como um assessor de segurança, utilizando seu conhecimento técnico característico da profissão policial militar para a comunidade escolar, a fim de resolver problemas de segurança que surgirem.

Nas primeiras semanas de aulas, cada equipe reunia a comunidade escolar, com o apoio dos gestores, normalmente no pátio ou auditório, para que a referida escola pudesse conhecer um pouco mais acerca dos policiais militares responsáveis pela área, bem como transmitir orientações básicas no tocante ao objetivo do policiamento comunitário escolar, dicas de segurança, direito e deveres à luz das Constituição Federal, papel constitucional das polícias militares do Brasil, bem como combater atos de vandalismos, depredações, mediando conflitos, reduzindo o consumo e o tráfico de drogas, briga de gangues ou envolvendo pessoas



da comunidade escolar. Neste sentido, o encontro com a comunidade escolar tinha por objetivo trazer à tona discussões que inquietavam a todos e que representam a maioria das práticas de violência nas escolas. De acordo com Charlot (2002 *apud* MIRANDA; SANTANA; GOMES, 2010, p. 156-157):

[...] As formas mais recorrentes nas escolas são depredações, furtos, roubos de objetos pessoais e do patrimônio e agressões físicas entre os alunos e os professores. Recentemente, outras formas de manifestações da violência se destacaram, como brigas entre gangues dentro e fora das escolas, rixas, tráfico e consumo de drogas e/ou entorpecentes e uso de armas brancas.

A partir daí, teve início o trabalho preventivo propriamente dito, com rondas diuturnamente nas escolas, faculdades, institutos, instituições estas alvos do projeto, bem como o atendimento às solicitações das demais escolas que não estivessem elencadas no projeto, sejam elas públicas ou privadas.

Todos os eventos nos finais de semanas que aconteciam promovidos pelas escolas eram acompanhados pelo policiamento comunitário escolar, a partir do momento em que este era oficiado junto ao comando do batalhão para que as equipes pudessem dar o suporte necessário, de acordo com o calendário escolar, desde jogos internos, período junino, datas comemorativas, campanhas preventivas, encerramento de ano letivo, enfim, em todos os eventos escolares o policiamento se fez presente, dentro de um prévio planejamento, sobretudo tendo como foco principal da sua atuação a prevenção. Bueno da Silva (2009, p. 10) afirma que:

Sendo sua atuação com base fundamentada na prevenção, fica em segundo plano a atuação repressiva a crimes e atos infracionais, que é a ação delincente praticada pelo adolescente, e a prevenção passa a ser alcançada pela aproximação do policial com os professores, alunos, funcionários da escola e todas as pessoas que, de alguma forma, têm contato com a escola [...].

Conforme estabelecido no projeto, a cada três meses, com base nos dados mensurados e, devidamente tabulados, estes foram transformados em gráficos que seriam apresentados nas reuniões mensais para que a equipe pudesse se debruçar sobre eles, reforçar o que estava dando certo, bem como corrigir as possíveis falhas e reorientar as ações preventivas ou repressivas de acordo com a realidade apresentada pelos dados, permitindo assim os ajustes necessários para a eficiência de uma repressão qualificada por parte dos profissionais de Segurança Pública do policiamento comunitário escolar.

### **2.3.2 Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) – Uma estratégia eficaz na prevenção ao uso abuso de drogas e a prática de violência no ambiente escolar**

A Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (SENAD), criada através da Lei nº 11.754, de 23 de julho de 2008, tendo como uma de suas atribuições: “definir estratégias e elaborar planos, programas e procedimentos para alcançar as metas propostas na Polícia Nacional Antidrogas (PNAD), e acompanhar sua execução”. Política esta instituída por meio do Decreto Presidencial nº 4.345 de 26 de agosto de 2002.

Neste sentido, surge no Brasil O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) foi criado no ano de 1983 pelo Departamento de Polícia da cidade de Los Angeles, Estados Unidos da América, onde é denominado DARE (*Drug Abuse Resistance Education*). Desde então, este Programa expandiu-se para, pelo menos, 64 (sessenta e quatro) países, incluindo o Brasil, aonde vem em todos os Estados Brasileiros e no Distrito Federal.

Na Paraíba o programa foi criado por intermédio da Resolução 0006/2003-GCG, datado de 27 de agosto de 2003, consiste em uma ação conjunta entre o policial militar, educadores, estudantes, pais e comunidade no sentido de prevenir e reduzir o uso indevido de drogas e a violência entre crianças e jovens, bem como, ajudar os estudantes a reconhecerem e resistirem às pressões e influências para usarem drogas, além de estabelecer uma relação de confiança entre o policial militar e o cidadão. A referida resolução trás no corpo do seu texto em que consiste a sua ação, conforme estabelece o art. 6º de onde se extraí:

O PROERD adota uma estratégia preventiva, cuja filosofia de ação visa reforçar os fatores de proteção, em especial, os referentes à família, à escola e à comunidade, que favoreçam o desenvolvimento da resistência em crianças e jovens, que poderiam correr o risco de envolverem-se com drogas e problemas de violência.

Há de se ressaltar a contribuição que as polícias militares do Brasil têm dado ao implantar o PROERD em todos os Estados da Federação, bem como no Distrito Federal, na Paraíba, por exemplo, desde 2001, período em que foi implantado o programa, já foram atendidas mais de 110 mil crianças e adolescentes, na faixa etária entre 10 e 16 anos, ação esta difundida em mais de 50 municípios, contemplando aproximadamente 500 escolas em todo o Estado. Assim sendo, é notória a preocupação nos órgãos de segurança no país, sobretudo das polícias militares, que vêm, através de ações eficazes, reduzindo os problemas que estão

diretamente ligados às questões relacionadas à segurança, sejam elas no Brasil ou no mundo, a exemplo do uso abusivo de drogas e dos atos de violência.

Desenvolvido com base na filosofia de polícia comunitária, o PROERD consiste numa ação pedagógica, onde por sua vez o profissional de segurança pública além de está contribuindo com a educação, no sentido amplo da palavra, ao mesmo tempo em que estará estreitando os laços com a comunidade, pois passa a ser um referencial na comunidade escolar, desmistificando uma construção equivocada de polícia truculenta ou apenas aquela que se limita a prender bandidos, contribuindo desta forma de maneira brilhante para reduzir a violência no ambiente escolar, bem como o uso abusivo de drogas.

### **2.3.3 Companhia de Policiamento Comunitário Escolar (CPCE) – Criação, Funcionamento, Estrutura e Operacionalização**

Criada mediante Decreto legislativo, a Companhia de Policiamento Comunitária Escolar, ora denominada CPCE, será um órgão de apoio subordinada ao Estado-Maior Estratégico (EMG), vinculado à Coordenadoria de Integração Comunitária e Direitos Humanos, conforme previsto na Lei Complementar nº 87, de 02 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a organização estrutural e funcional da Polícia Militar do Estado da Paraíba e determina outras providências, onde se lê:

Art. 17 O Estado-Maior Estratégico é o órgão que tem a competência de assessorar o comandante geral no planejamento e gestão estratégica para o desenvolvimento e cumprimento das missões institucionais, tendo a coordenação geral de um coronel do QOC da ativa.

**Parágrafo Único.** “Estado-Maior Estratégico será assim organizado:

I – Gabinete do coordenador Geral

II – Gabinete do Coordenador Geral Adjunto

III – Coordenadorias:

a) de Integração Comunitária e Direitos Humanos (EM/1) [...].

A criação de uma modalidade de policiamento especializada vem tão somente corroborar com o que, já está prevista a criação de vários pelotões de policiamento comunitários, dentro do que estabelece a Resolução nº 003/2009-GCG, datado de 20 de outubro de 2009, conforme fez público o BOL PM nº 0181, de 20 de outubro de 2009, onde se extraí:

[...] Art. 8º Fica estabelecida a composição, estrutura e sede das Organizações Policiais Militares (OPM) da seguinte forma:

§ 1º - 1º Batalhão de Polícia Militar – João Pessoa

II- 2ª Companhia: Polícia Tática e Motorizada (Força tática) (João Pessoa, 2ª Cia/1º BPM):

a) 1º Pelotão – Polícia Tática e Motorizada (Força Tática);

- b) 2º Pelotão – Polícia Tática e Motorizada (Força Tática);
- c) 3º Pelotão – Polícia Comunitária;

À CPCE compete o desenvolvimento de atividades preventivas/repressivas, por intermédio do policiamento especializado além de colaborar com as demais Unidades Operacionais do Estado e outros componentes do Poder Público, como também da sociedade civil na execução d atividades relacionadas às áreas de atuação da companhia, funcionando em regime de 12 horas de serviço, conservados os finais de semana e feriados, salvo se houver algum evento promovido pelas escolas, tais como: gincanas, plantões pedagógicos, jogos internos, feiras de ciência, encontro de bandas marciais, torneios esportivos, dentre outros.

A Companhia de Policiamento Comunitário Escolar (CPCE) terá como estrutura para organizacional mínima prevista na Resolução nº 003/2009-GCG, datado de 20 de outubro de 2009, conforme fez público o BOL PM nº 0181, de 20 de outubro de 2009, onde se lê:

- [...] Art. 6º, §2º As companhias terão como estrutura organizacional mínima:
  - I – Comando;
  - II – Subcomando;
  - IV- Seções:
    - a) Secretariado e Gestão de Pessoas;
    - b) Inteligência;
    - c) Planejamento e Operações.
  - V- Setores de:
    - a) Motomecanização
    - b) Comunicação- CIOP;
    - c) Armamento e Munição;
    - d) Tesouraria e aprovisionamento;
    - e) Coordenação do Policiamento.
  - V- Pelotões;
  - VI- Grupos PM.

A supracitada companhia contará com um efetivo de 56 homens e quatro mulheres, perfazendo um total de 60 policiais militares, que irão suprir as funções acima elencadas, sendo 24 na atividade operacional, ou seja, nas viaturas, cuja especializada terá a sua disposição 04 veículo (quatro rodas), tipo Palio Weekend, dentro dos padrões estabelecidos para a execução de tal serviço, bem como o efetivo contará com todos os equipamentos, armamentos e munições previstos pela corporação para o desenvolvimento do patrulhamento motorizado.

### 2.3.4 A Operacionalização da CPCE

Tendo como premissa a filosofia de polícia comunitária, a CPCE terá como foco principal à proteção as escolas em todo o Estado da Paraíba, através de ações preventivas por intermédio do policiamento ostensivo fardado, atuando antes que o crime aconteça seja no ambiente escolar ou em seu perímetro, dentro da responsabilidade atribuída na legislação vigente em nosso país, cujo papel está bem definido ao ter como campo de atuação as escolas, assim sendo, caberá a este seguimento especializado através das suas ações, procurar, não apenas desenvolver o policiamento preventivo, mas contribuir com a qualidade de vida no ambiente escolar. A criação de tal modalidade, conforme Iaroczinski (2009, p. 37):

[...] é uma iniciativa na qual a Polícia Militar, se aproxima da Comunidade Escolar, desempenhando seu trabalho, pois tem como objetivo conhecer os problemas que afetam a sua escola e comunidade, assessorando a comunidade escolar a encontrar os caminhos de segurança, seja através de trabalhos de reflexão, palestras e organização para ação.

A atuação se dará também no campo educativo junto às comunidades escolares, tendo como público-alvo crianças, jovens, adolescentes e familiares, ocasião esta que serão ministradas palestras com temas de interesse da comunidade escolar, participando de fóruns de debates, mesa redonda e atividades pedagógicas das mais diversas.

Os processos que nortearam as ações da CPCE, ou seja, voltada para o patrulhamento comunitário escolar, se dará através das seguintes modalidades de policiamento: a pé, bicicletas, motocicletas e viaturas. Em se tratando de composições motorizadas, estas serão compostas por um efetivo de no mínimo três homens, com equipamentos, apetrechos e armamentos previstos para essa atividade operacional.

A pesquisa a seguir trás em seu bojo, um recorte acerca da atuação de um grupo de policiais militares do 2º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Campina Grande-PB, que integraram a patrulha escolar nos últimos três anos, corroborando desta forma com o objeto de estudo deste trabalho de conclusão de curso, que visa instituir uma modalidade de policiamento especializada em proteger as escolas.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa tem duas finalidades básicas, no primeiro momento retrata a percepção do público-alvo da pesquisa acerca de aspectos relacionados à segurança no ambiente escolar; em um segundo momento busca descobrir o nível de satisfação desse mesmo público quando da atuação da Patrulha Escolar por membros do 2º Batalhão de Polícia Militar. Sendo, por sua vez, caracterizada como exploratória, pois de acordo com Gil (2002, p. 41) “estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipótese [...]”.

A técnica de coleta a ser utilizada será um levantamento com a utilização de questionário, com questões objetivas e subjetivas, por melhor se adequar ao universo a ser pesquisado, conforme orientações para o emprego de tal instrumento. Conforme Kauark (2010, p. 58):

[...] Quanto às questões a serem pesquisadas, estas precisam contemplar hipóteses de veracidade. Assim, precisam ser bem formuladas e claras. Por isso é interessante (dependendo da intencionalidade) que o questionário apresente questões diretas e indiretas, fechadas e abertas, objetivas e subjetivas, que permitam respostas por alternativas a escolher e respostas descritivas.

Para atingir o objetivo dessa pesquisa, a mesma realizada em escolas públicas da cidade de Campina Grande-PB, localizadas em diferentes áreas da cidade, ou seja, norte, sul, leste e oeste, contemplarão ainda nessa amostragem cinco escolas, correspondendo a 10% do total de estabelecimentos de ensino da referida cidade, cujo público será formado por alunos do Ensino Médio, turnos manhã, tarde e noite, na faixa etária entre 16 e 24 anos.

Esta proposta foi de cunho descritivo, uma vez que buscou descrever características de determinada população ou fenômeno ou então, o estabelecimento de relações de variáveis. De acordo com Andrade (2002, p. 81):

A pesquisa preocupa-se com observar melhor os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. Assim, os fenômenos do mundo físico e humanos são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.

Quanto à fonte de informação, esse caracterizar de campo permitirá uma melhor percepção da realidade. Conforme Demo (1991, p. 51):

O cientista, em sua tarefa de descobrir e criar necessita num primeiro momento, questionar. Esse questionamento é que nos permite ultrapassar a simples descoberta para, através da criatividade, produzir conhecimentos. Definindo bem o nosso campo de interesse, nos é possível partir para um rico diálogo com a realidade [...].

O método investigativo dessa pesquisa será também de natureza documental, pois de acordo com de Gil (2002, p. 46):

[...] A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há de se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos, subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica [...].

Considerando a natureza dos dados dessa pesquisa, sendo esta de caráter qualitativo e quantitativo, estes por sua vez, serão representados através de método estatístico. Optou-se por este método considerando a sua praticidade seja na tabulação ou na análise, bem como por entender que este melhor irá expressar os números obtidos, proporcionando assim uma maior visibilidade à pesquisa. Para Lakatos (2003, p. 108):

[...] O método estatístico significa a redução de fenômeno sociológico, político, econômico, etc. a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, obter generalização sobre uma natureza, ocorrência ou significado.

Após as etapas que compreendem a aplicação dos instrumentos, recolhimento, tabulação e análise dos dados, será possível transformá-los em números que certamente irão facilitar na interpretação da realidade retratada por ocasião da pesquisa.

### 3.2 LOCAL DA PESQUISA

A cidade paraibana de Campina Grande, foi escolhida para a realização da pesquisa, estando esta situada no popularmente conhecido Compartimento da Borborema, possui uma população estimada em cerca de 385.276 habitantes, sua área territorial possui 620,63 quilômetros teve sua emancipação no dia 11 de outubro de 1864, através do Ato Provincial número 137.

Geograficamente, a cidade está localizada no agreste paraibano, entre o litoral e o sertão, ficando a 127 quilômetros da Capital do Estado. Fazem parte da área urbana e industrial os Distritos de Galante, São José da Mata, Catolé de Zé Ferreira, Santa Terezinha e Catolé de Boa Vista, sendo a segunda cidade mais população do Estado da Paraíba (IBGE, 2011).

Na esfera econômica, a cidade possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) dos duzentos e vinte e três municípios paraibanos. A cidade nas últimas décadas vem se destacando no cenário nacional por intermédio dos eventos que ganham percussão midiática, a exemplo do maior São João do mundo, encontro para nova consciência realizado no período carnavalesco.

Na área educacional, a cidade possui aproximadamente 377 unidades escolares de Ensino Fundamental e Médio, das quais 59 estabelecimentos fazem parte do Estado, com aproximadamente 50.000 (3ª GREC) discentes entre jovens, adolescentes e adultos, já as escolas administradas pelo município através de sua Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), são cerca de 19.000 alunos nas 132 instituições administrativas pela Secretaria Municipal, além de 187 instituições de ensino privadas (SINEPEC), das quais não foi possível mensurar o quantitativo de alunos devidamente matriculados na rede pelo fato do sindicato não dispor (MONTEIRO; BATISTA, 2010).

A escolha da cidade de Campina Grande se deu por dois motivos, o primeiro deles é pelo fato de o pesquisador residir e trabalhar na respectiva cidade, por conseguinte, está lotado no 2º Batalhão de Polícia Militar, facilitando assim o acesso ao público-alvo da pesquisa na referida Unidade Operacional, o segundo diz respeito à curiosidade investigativa a cerca do nível de satisfação do trabalho desenvolvido por policiais do referido Batalhão quando integraram a Patrulha Escolar objeto desse estudo.

No tocante às escolas, foram escolhidas uma unidade escolar de cada área geográfica da cidade, contemplando desta forma as principais regiões da cidade, dando preferência ainda aquelas em que a Patrulha Escolar visitou cotidianamente no período de 2008 a 2012, estipulado no bojo desse trabalho, para ser ter uma boa percepção da realidade já que essas comunidades escolares poderão expressar suas opiniões com mais propriedade.

### 3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

No que diz respeito ao público-alvo, este ficou definido da seguinte forma: 10% dos alunos do ensino médio, na faixa etária de 16 a 24 anos, matriculados nos turnos, manhã, tarde e noite. Neste sentido Gil (1999, p. 91-92), define amostra de uma população como “[...] um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características [...]”.

Para atingir o objetivo, será realizada uma pesquisa em cinco escolas públicas da cidade de Campina Grande-PB, localizadas em diferentes áreas da cidade, ou seja, norte, sul,



leste e oeste, o que representa em termos percentuais 10% das unidades de ensino sob a responsabilidade da 3ª Região de Ensino no compartimento da Borborema.

Conforme tabela abaixo definida:

Tabela 01: Universo das escolas pesquisadas.

Escola	Zona	Turno	Questionários utilizados
E.E.E.F.M. Félix Araújo	Sul	Tarde	54
E.E.E.F.M. Virgínius da Gama e Melo	Oeste	Noite	35
E.E.E.F.M. Nenzinha Cunha Lima	Leste	Manhã	35
E.E.E.F.M. São Sebastião	Norte	Noite	30
E.E.E.F.M. Major Veneziano V. do Rego	Sul	Tarde	19
Total de questionários utilizados: <b>173</b>			

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Uma vez estando devidamente definido o público-alvo, neste caso alunos do Ensino Médio, dos turnos, manhã, tarde e noite, de cinco as escolas públicas de diferentes áreas da cidade de Campina Grande. Ao focar nos alunos para obtenção dessa amostra, onde irão responder aos questionamentos, um universo composto por 173 alunos. Segundo Gil (2002, p. 137), “questionário é uma técnica de coleta de dados que consiste em um rol de questões propostas por escrito às pessoas que estão sendo pesquisada”.

O critério de escolha das supracitadas escolas se deu pelos seguintes aspectos: a) com a escolha das escolas por zonas, sendo estas, norte, sul, leste e oeste, permitirá ao pesquisador ter uma percepção de diferentes pontos da cidade; b) o universo composto por escolas estaduais permitirá ao pesquisador obter a opinião de alunos de diferentes turnos;

No tocante aos atores envolvidos na pesquisa, em se tratando da comunidade escolar, a presente pesquisa visa saber desta o nível de segurança com a presença policial, mas acima de tudo, o grau de satisfação das escolas assistidas quando da atuação dos policiais militares integrantes da Patrulha Escolar do 2º Batalhão de Polícia Militar.

### 3.4 INSTRUMENTO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

O objetivo principal dessa pesquisa consiste na utilização de instrumentos de coleta de dados que visa dar subsídio a questão central da presente proposta, ou seja, a criação de uma modalidade especializada de policiamento de proteção às escolas, no entanto, para que tal feito seja concretizado, necessário o uso de ferramentas que viabilizem tais resultados. Neste sentido, o argumento de Freire (1999, p. 26-28), que adequa-se a esse trabalho, assim define:

“Constatado, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes, do que, simplesmente, nos adaptar a ela”.

A técnica de documentação foi do tipo direta extensiva e a indireta, pois o instrumento utilizado no campo de pesquisa utilizou-se de um questionário, possuindo questões objetivas e uma subjetiva, por melhor se adequar ao universo a ser pesquisado. De acordo com Minayo (1992, p. 105):

Concebemos campo de pesquisa como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representado uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação [...].

O método investigativo dessa pesquisa será também de natureza documental, pois de acordo com de Gil (2002, p. 46):

[...] A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há de se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos, subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica [...].

A escolha pelo questionário se deu em face do número de instrumentos a serem aplicados, considerando ainda o fato de as escolas-alvo da pesquisa se localizarem nos extremos da cidade, dificultando assim, o deslocamento e permanência num curto espaço de tempo para o devido recolhimento desse instrumento. Sem esquecer, a praticidade na sua aplicabilidade, favorecendo até na hora de fazer a análise das respostas. De acordo com Kauark (2010, p. 24), pesquisa é:

Pesquisa é o mesmo que busca ou procura. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa. Em se tratando de Ciência, a pesquisa é a busca de solução a um problema que alguém queira saber a resposta [...].

Há de se de ressaltar ainda, que a amostra escolhida permitirá ao pesquisador um número considerável de pessoas a serem pesquisadas, contribuindo para uma boa percepção da realidade, bem como do objeto fruto desse estudo.

O questionário será instrumento utilizado para a coleta dos referidos dados, contando este com vinte questões objetivas, a ser aplicado com 173 alunos do Ensino Médio. Conforme destacam Deslandes e Minayo (1994, p. 55-56):

[...] Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo. É preciso ter em mente que a busca das informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo, onde cada momento é uma conquista baseada no diálogo e que foge à obrigatoriedade [...].

Após a aplicação do referido instrumento, terá início o processo de tabulação, bem como a análise dos respectivos dados que, após devidamente mensurados, serão transformados em gráficos e tabelas como forma de representar tudo que fora captado pela referida pesquisa, facilitando desta forma um melhor entendimento por parte daqueles que tiverem acesso a este trabalho monográfico.

### 3.5 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

No primeiro momento foi feito um contato prévio com todas as escolas estaduais e municipais da rede pública de ensino, por telefone, a fim de se ter uma exatidão no número de instrumentos a serem produzidos. Em seguida, foi realizado um novo contato com as respectivas escolas, a partir daí então, definir os dias e horários que o pesquisador iria comparecer aos referidos estabelecimentos escolares para a aplicação do questionário.

O início da referida de coleta, se deu mediante um contato prévio por intermédio de telefone, entre o pesquisador, e as escolas, para num primeiro momento fazer um levantamento acerca de quantos questionários serão necessários para a obtenção da amostra, estando aqui estipulada em 10% dos alunos, do Ensino Médio, como também, definir dia, horário e local em que se dará a referida aplicação.

Há de se de ressaltar ainda, que a amostra escolhida permitirá ao pesquisador um número considerável de pessoas a serem pesquisadas, permitindo a este uma boa percepção da realidade, bem como do objeto fruto desse estudo.

Após o recolhimento dos referidos instrumentos, terá início de imediato as etapas que consiste em tabular, mensurar os respectivos dados já que este assim como a pesquisa, consiste numa etapa importante para obtenção de resultados satisfatórios. A este respeito Ludke e André (1986 *apud* PEREIRA, 2003, p. 48) assim refletiram:

[...] para formular essas categorias iniciais é preciso leituras sucessivas para possibilitar a divisão do material em seus elementos com todos os outros componentes. Outro ponto importante é a consideração tanto do material manifesto quanto do conteúdo latente do material [...].

Conclusa a etapa anterior, ou seja, mensuração e tabulação, ocorrerá a análise com a produção de um relatório composto por gráficos, tabelas, bem como as respectivas representações de cada item, o traduzindo assim a percepção em torno dos dados obtidos e, principalmente, o que estes representam diante da realidade percebida.

Um aspecto a ser destacado nesta fase será o tempo, sendo este um pouco mais prolongado, possibilitando assim, reduzir ao máximo a margem de erro e, por conseguinte, a obtenção de resultados mais consistentes.

## 4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA

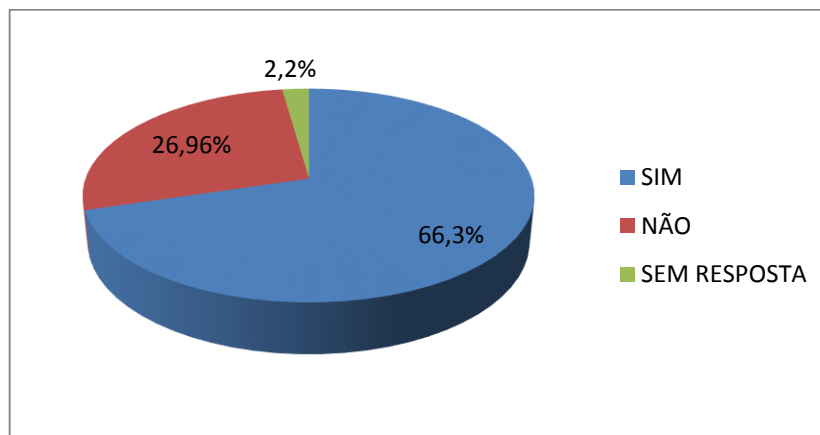
Neste espaço ocorrerá a mensuração dos dados que, ao separá-los, irá permitir selecioná-los por categorias facilitando assim uma melhor construção em blocos, propiciando a facilidade de sua análise e, uma vez esta ocorrendo, favorecerá a construção para um melhor entendimento a partir dessas ilustrações elaboradas, ou seja, através dos gráficos que irão dar uma melhor visibilidade acerca do que fora pesquisado.

### 4.1 TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS DIRECIONADOS AOS ALUNOS

O trabalho é focado na prevenção quando ele está alicerçado no que há de mais essencial na Constituição Federal (1988), que assim estabelecerá em seu artigo 144 § 5º: “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...]” (BRASIL, 2013, p. 101). Com isto, buscou-se saber, com o referido questionamento, com que frequência essa presença ocorria na visão dos alunos por parte dos integrantes da Patrulha Escolar do 2º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Campina Grande-PB.

Com os dados abaixo relacionados, a presente pesquisa, por intermédio deste gráfico, trás o nível de frequência com a qual as escolas de Campina Grande, objetos do presente estudo, foram visitadas pelo policiamento escolar, de acordo com os alunos.

Gráfico 01 - A Patrulha Escolar visitou a sua escola.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

O período em que houve uma atuação expressiva por parte da intitulada Patrulha Escolar do 2º BPM, com sede no compartimento da Borborema, se deu entre 2008 e 2012,

fato este ressaltado durante a implementação do questionário. Com este dado buscou-se saber, diante do trabalho realizado, até que ponto a comunidade escolar recordava ter visto esse policiamento visitar as escolas ora objeto de estudo dessa pesquisa.

Assim sendo, conforme os dados expressos, 66,3% dos alunos recordavam muito bem da visita, bem como o trabalho desenvolvido pelos policiais integrantes do referido policiamento. Ocasão em que 26,96% disseram não se lembrar de ter visto este policiamento adentrar a sua escola e, em contra partida, 2,20% deixaram de responder a tal questionamento.

#### 4.1.1 A Patrulha Escolar Visita a sua Escola com que Frequência

A Tabela 02 trás em seu bojo, no tocante à frequência da visita da Patrulha Escolar, como ela é interpretada pelos alunos. Além de mensurar o nível de interação entre alunos e policiais militares que integraram a Patrulha Escolar, pois, em que pese o fato de não estar atuando efetivamente nas escolas há pelo menos dois anos, ainda é muito bem lembrada pela comunidade escolar, conforme os gráficos que se seguem.

Tabela 02 - Frequência com a qual a Patrulha Escolar visitava as escolas.

Nível de frequência	Frequência	%
Frequentemente	24	13,48
Pouco Frequente	28	15,73
Raramente	53	29,77
Apenas quando solicitada	68	38,20
Não responderam	03	1,68

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Na ótica de 13,48% dos alunos das escolas pesquisadas, a Patrulha Escolar visitava com bastante frequência; 15,73% definiram como pouco frequente, embora tenham ressaltado que durante a semana esse policiamento os visitava. Já para 29,77% dos alunos essa ida às escolas se dava de maneira rara, ou seja, não com tanta frequência, no entanto, 38,20% dessa mesma comunidade escolar na sua ótica, a patrulha só aparecia na escola quando solicitada e na maioria das vezes pelos próprios gestores. Por fim, 1,68% deixaram de responder tal quesito.

Na visão de estudiosos do Núcleo de Estudo da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança Pública, a Polícia Militar constitui-se num dos principais atores para qualquer programa de policiamento comunitário. Neste sentido assim dirá:

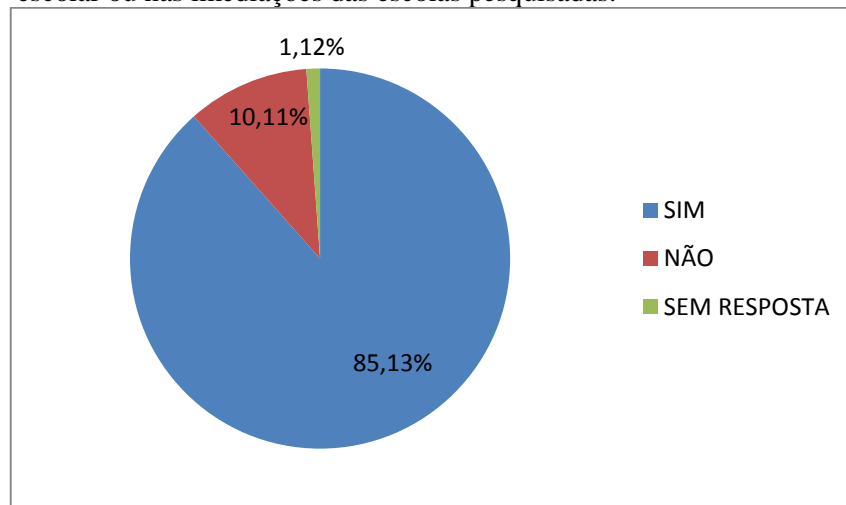
A PM tem como função inibir possíveis atos criminais a partir da sua presença visível (uso de uniforme) e constante (policimento ostensivo) nos espaços públicos, e quando necessário localizar infratores e efetuar prisão de acordo com a lei (BRASIL, 2009, p. 17).

A intensificação das ações de prevenção, por intermédio de rondas constantes, fazendo o policiamento preventivo, irá favorecer para a redução do número de chamada para o atendimento de ocorrências nas escolas visitadas pelo policiamento em tela.

#### 4.1.2 A Visita dessa Modalidade de Policiamento reduz à Violência no Ambiente Escolar

Com o fito de saber até que ponto essa “passagem” ou permanência do policiamento escolar nas escolas de Campina Grande, se ela de fato reduz o índice de violência seja no entorno dos estabelecimentos de ensino ou nas imediações, o gráfico abaixo permite que se tenha com clareza a eficácia dessa modalidade de policiamento na concepção dos alunos.

Gráfico 02 - A visita da Patrulha Escolar reduz a violência no ambiente escolar ou nas imediações das escolas pesquisadas.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Ao perguntar aos alunos se eles acreditavam que a visita regular desses policiais na escola que eles estudavam reduziria a violência no ambiente escolar ou em seu entorno, a maioria foi enfática, estando representada no gráfico acima onde atesta que 85,13% desses alunos consideram que essa visita de maneira regular irá reduzir significativamente a violência dentro, bem como no entorno das escolas. Já para 10,11% dos alunos dessas escolas acreditam que não haverá nenhuma influência na redução da violência, considerando ainda que 1,12% não omitiram nenhuma opinião a cerca de quesito abordado.

Mediante o que fora respondido pelos alunos, só vem a corroborar com o que é dito pelos especialistas em Segurança Pública, sobretudo na última década, fato este comprovado e contido no Manual de Multiplicador de Polícia Comunitária, utilizado pela SENASP, que trás em seu item 17 discussões acerca de pró-ação, prevenção e repressão, assim irá ressaltar:

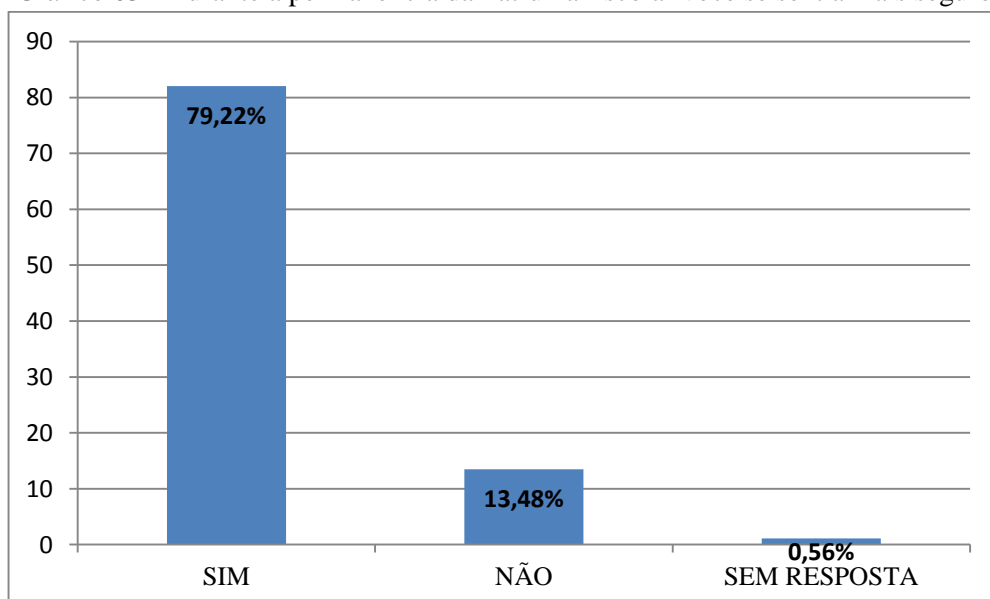
Polícia proativa visa erradicar as causas da violência, atuando de forma planejada nas diversas áreas contornando problemas sócio-econômico, tudo com a finalidade de não permitir que a violência surja [...] (BRASIL, 2007, p. 225).

De acordo com o que está previsto no referido manual adotado pela SENASP, o aporte teórico surge para respaldar e reforçar o que fora dito pela comunidade escolar, mas também para indicar que, conforme a Patrulha Escolar irá reduzir a incidência de delitos praticados por alunos ou pessoas externas ao ambiente educacional, mostra o quanto tem sido eficaz essa atuação, pois os próprios alunos acreditam na eficiência do trabalho realizado, de acordo com os números apresentados no referido gráfico.

#### 4.1.3 A Permanência da Patrulha Escolar Tornava o Ambiente mais Seguro

No gráfico a seguir exemplificado, a intenção do pesquisador era tão somente ilustrar através das respostas dos alunos até que ponto eles se sentiam seguros com a presença da Patrulha Escolar em sua escola. Pelos dados apresentado neste item, fica nítida a visão que os alunos têm acerca do assunto, conforme será mostrado a seguir.

Gráfico 03 - Durante a permanência da Patrulha Escolar você se sentia mais seguro.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.



Em virtude de o foco do policiamento estar centrado na prevenção, fato este observado no período em que atuou com maior ênfase entre 2011 e 2012, o gráfico acima mencionado faz uma leitura apurada da importância da permanência dessa modalidade de policiamento, dada a sensação de segurança que esta proporcionava, traduzido na resposta dos alunos e tendo uma parcela significativa, portanto, 79,22% disseram que SIM, alegando que se sentiam mais seguros com a presença desses policiais.

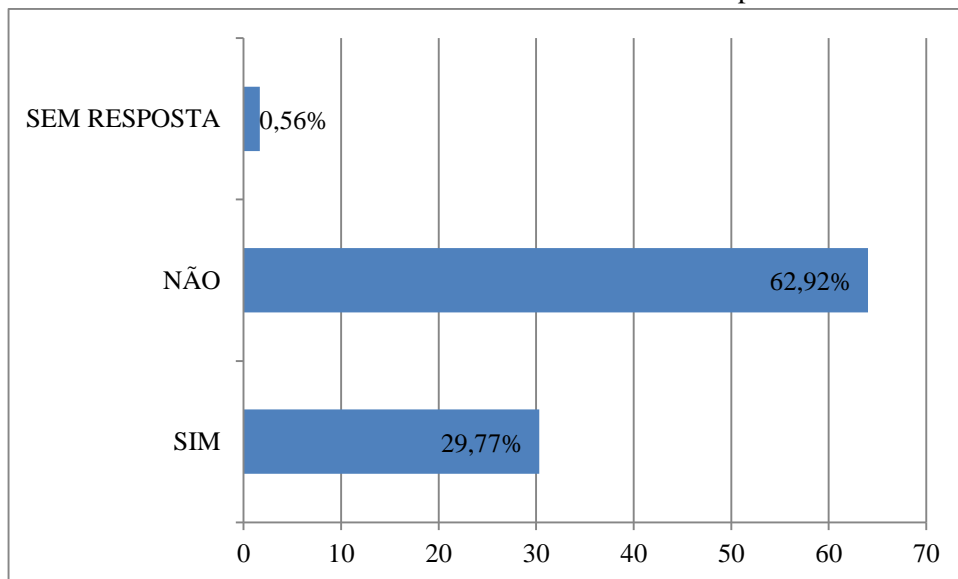
Os resultados dispostos nos dados acima nos remetem a uma questão pouco observada: quando ocorre esse grau de satisfação, é sinal que está se fazendo o que há de essencial nesse novo conceito de Segurança Pública, conforme Neto (1998 *apud* JUCÁ, 2002, p. 71), que assim irá definir: “ausência de perturbação e disposição harmoniosa das relações sociais”.

Já para 13,48% responderam NÃO, desconsiderando tal importância, tendo 1,12% deixado de responder a tal questionamento.

#### 4.1.4 As Escolas-Alvo da Pesquisa recebiam a Visita de outra Modalidade de Policiamento

O presente gráfico abaixo traz um aspecto muito interessante, também discutido nos transcorrer do trabalho, no tocante a um acompanhamento personalizado por parte dos policiais militares integrantes da Patrulha Escolar.

Gráfico 04 - A escola recebia a visita de outra modalidade de policiamento.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Em função do nível de interação entre a comunidade escolar e a Patrulha Escolar, possibilitando aos alunos conhecer de perto os policiais integrantes do supracitado policiamento, com esta indagação buscava-se saber se essas escolas recebiam a visita de outro tipo de policiamento que não fosse a Patrulha Escolar, ocasião em que 62,92% dos alunos responderam que NÃO, tendo 29,77% respondido que SIM.

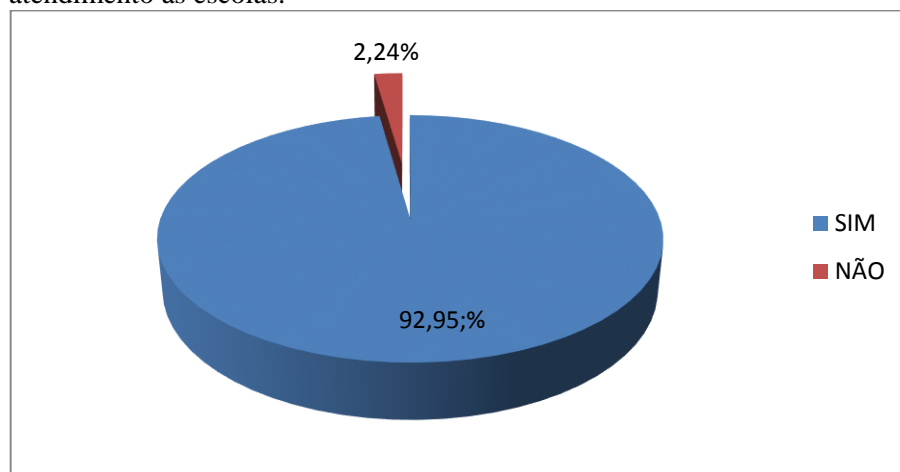
Os resultados acima expostos remetem a essência da filosofia de polícia comunitária, pois além de se tratar de um policiamento descentralizado, ele também é personalizado, posto que Fernandes (1994, p. 10) assim o definirá: “um serviço que se aproxima das pessoas, com nome e cara bem definidas, com um comportamento regulado pela frequência cotidiana, submetido, portanto, às regras de convivência cidadã [...]”.

De acordo com os respectivos dados, 0,56% dos alunos deixou de responder. Um dado que chamou a atenção do pesquisador foi o fato de os alunos serem enfáticos em emitir tal resposta, pois conheciam de perto os policiais militares integrantes do policiamento, ao ponto de conhecer de imediato quando a ocorrência era atendida por outras viaturas (viaturas da polícia), cujos integrantes não faziam parte do policiamento escolar.

#### **4.1.5 A Polícia Militar Deveria Criar uma Modalidade de Policiamento Especializada no Atendimento às Ocorrências nas Escolas de Campina Grande**

Dando sequência à análise, os números abaixo obtidos trazem em seu contexto a essencialidade do objetivo do presente trabalho, ou seja, a criação de uma modalidade de policiamento especializada no trato para com os alunos das escolas públicas, constituindo-se, portanto, num dos principais tópicos a serem abordados.

Gráfico 05 - A PM deveria criar uma modalidade especializada no atendimento às escolas.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Este gráfico representa um *link* direto com o principal objetivo deste trabalho, ou seja, a inserção de uma modalidade especializada de policiamento no atendimento às ocorrências nas escolas públicas estaduais no âmbito do Estado, pois retrata fielmente não apenas a vontade aqui expressa em 92,95% de SIM, quase a totalidade dos alunos que responderam ao instrumento de coleta de dados, sinalizando que a PMPB deveria ter em seu quadro organizacional uma equipe especializada em policiamento escolar, a exemplo do que ocorrem em outros Estados da federação, como do Distrito Federal que dispõe em seu organograma do Batalhão de Polícia Escolar (BPEsc), unidade especializada, criada em 1989, através do Dec. 11.958, tendo como missão precípua executar o policiamento ostensivo nos estabelecimentos de ensino do Distrito Federal. No Paraná, com o Batalhão de Policiamento Escolar Comunitária, criada em 1994, através da Lei n° 15.745, de 20 de dezembro de 2007, por intermédio do Dec. n° 2.349, de 19 de março de 2008.

Em São Paulo, o policiamento nas escolas é desenvolvido por viaturas exclusivas para este fim, a chamada “ronda escolas”, que é fruto de uma parceria entre a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP) e a Secretaria de Educação do referido Estado, trata-se do Programa de Segurança Escolar, criado através do Dec. 28.642, de 03 de março de 1988, implementado pela PMSP por intermédio da Diretriz 014/02/05, datada de 07 de novembro de 2005. Belém do Pará surge com a Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE) e o Rio Grande do Norte, que desde 2011 tem em seus quadros a única Companhia Independente de Prevenção ao Uso de Drogas (CIPRED), criada através do Dec. 21.002, de 31 de dezembro de 2008, composta por policiais militares responsáveis pelo patrulhamento escolar, bem como do PROERD.

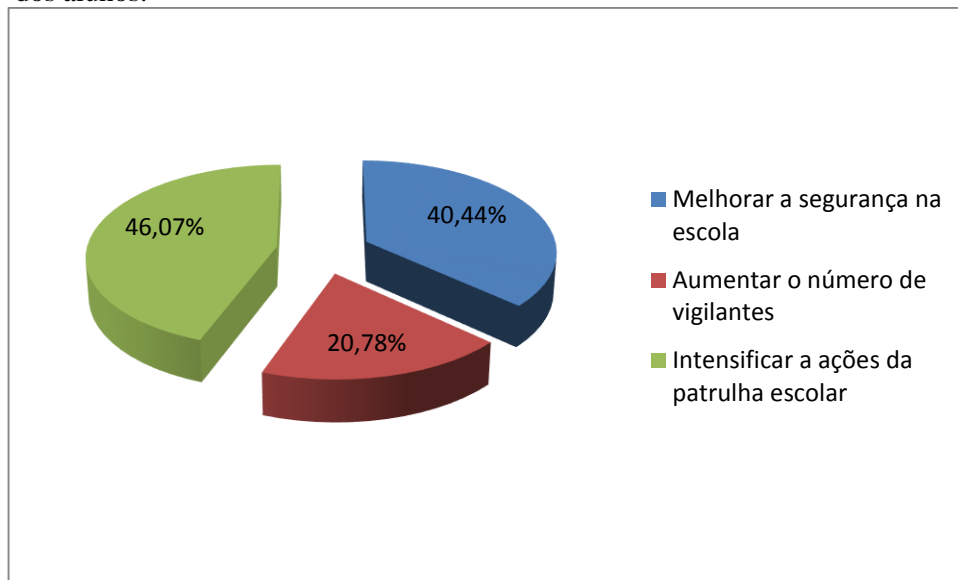
Neste sentido, há uma necessidade urgente que tenhamos uma política de Segurança Pública voltada para as escolas, em face dos inúmeros episódios de violência dentro ou no entorno das escolas ocorridos em todo o país, fato este amplamente divulgado na mídia nacional, considerando que este policiamento especializado não se restringirá às ações de cunho repressivo, ou seja, abordar, prender, conduzir, apreender armas e/ou artefatos e drogas, mas também será uma espécie de consultor ou assessor para assuntos pertinentes à segurança no ambiente escolar. Sobre este assunto Bueno da Silva (2009, p. 10) ressaltará:

[...] Assim, o policial militar passa a atuar como um assessor de segurança, utilizando seu conhecimento técnico característico da profissão policial militar, para auxiliar esta comunidade escolar a resolver problemas de segurança que surgirem.

Finalizando o questionamento, apenas 2.24% disseram que NÃO, para a necessidade de ter uma modalidade de policiamento especializada, a exemplo do que ocorre em outros Estados da federação.

#### 4.1.6 O que Poderia ser feito para Amenizar a Violência Dentro ou Fora das Escolas de Campina Grande

Gráfico 06 - Medidas que poderiam amenizar a violência nas escolas na visão dos alunos.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

O gráfico acima reforça o propósito desse trabalho, a criação de uma Companhia de Policiamento Comunitário Escolar (CPCE), pois a comunidade escolar acreditar que as ações preventivo-repressivas desenvolvidas pela Patrulha Escolar se constituem em medidas eficazes na redução da violência no entorno da escola ou dentro destas, fato este ratificado por 46,07% dos alunos pesquisados. No entanto, 40,44% acredita que melhorar os aspectos relacionados à segurança nas escolas, por intermédio das instalações físicas desse ambiente, ou seja, colocar mais grades, aumentar os muros, sistema de câmeras, cercas elétricas, irá amenizar a violência no ambiente escolar, bem como no seu entorno, porém, necessário se faz apresentar algumas considerações ao percentual expressado, por trazer consigo uma crença comum entre as pessoas, fato este reforçado amplamente pela mídia e seguida por parte dos cidadãos brasileiros, de que ao dotar os ambientes, sejam eles escolares ou não, de tal estrutura, irá proteger os respectivos ambientes, isto porque, essa mesma mídia tem mostrado a incidência de casas dotadas desses instrumentos, embora não evite que elas sejam invadidas,

arrombadas ou furtadas, no entanto, não tem conseguido evitar que os crimes ocorram, dando como exemplo as câmeras que se limitam a registrar o fato delituoso.

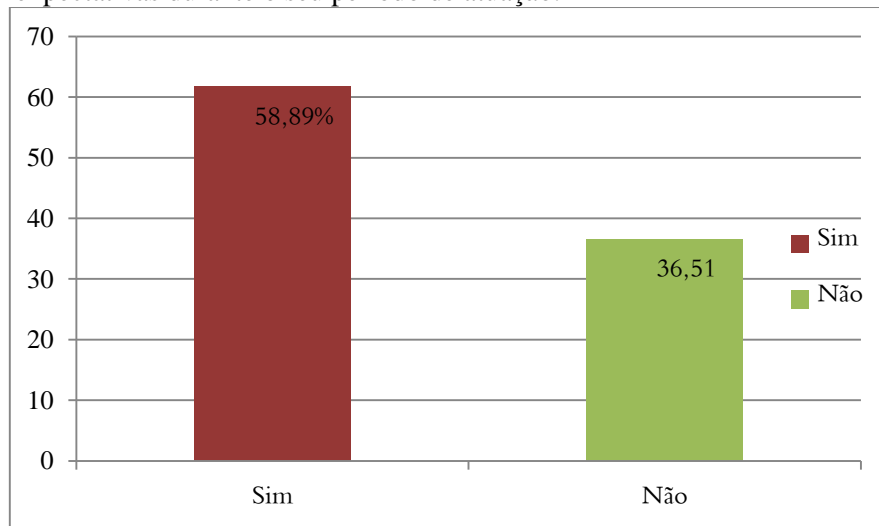
A confiança depositada na Patrulha Escolar, ao optarem por intensificar as suas ações, fazem parte dessa “nova forma” de se fazer polícia, onde a sociedade se sente parte dela, bem como participa diretamente das medidas discutidas de forma democrática com contado com a comunidade escolar, neste sentido, Possas (1999, p. 25) explica: “[...] Essa polícia se constitui na própria comunidade, da qual faz parte, e na qual pode agir de maneira eficaz unicamente em virtude de sua integração com a comunidade”.

Na opinião de 20,78%, o Estado deveria aumentar o número de vigilantes nas escolas, contudo ressalte-se que nas escolas estaduais não existe a figura do vigilante, mas sim, porteiros que em sua maioria não receberam nenhuma qualificação para o desempenho da sua função, tendo estes confessado a sua dificuldade de lidar com algumas questões, principalmente, aquelas relacionadas à violência no ambiente escolar.

#### 4.1.7 A Patrulha Escolar durante o seu Período de atuação atendeu as Expectativas da Comunidade Escolar de Campina Grande

Considerando que além de estar focada na prevenção, uma das preocupações dos integrantes da Patrulha Escolar dizia respeito ao atendimento das expectativas da comunidade escolar, em relação às dificuldades por parte do aparato estatal, nos dados exposto abaixo é possível fazer uma análise se tais expectativas estavam sendo atendidas ou não.

Gráfico 07 - Na opinião dos alunos, a Patrulha Escolar atendeu às expectativas durante o seu período de atuação.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A partir dos números acima expressos pelo gráfico, é possível se fazer uma leitura apurada acerca do nível de satisfação dos alunos em face da boa prestação de serviço por parte dos policiais militares integrantes da Patrulha Escolar, pois, de acordo com 58, 89% dos alunos, o policiamento escolar atendia às expectativas da comunidade escolar.

Embora o policiamento realizado esteja caracterizado como algo de natureza “tradicional” dentro do cotidiano das atividades policiais militares, este recorte trás algo interessante, pois revela que mesmo que essa atividade seja realizada de maneira rotineira, ainda é possível propiciar bons resultados. Desta forma, Freitas (2003 *apud* BRASIL, 2009, p. 185) explicará: “Gerenciar a rotina é garantir meios para que o nível operacional atinja resultados de produtividade e qualidade esperados pelo nível institucional”.

Para 36,5% dos alunos pesquisados, estes afirmaram que o referido policiamento não atendeu às expectativas durante o período de atuação.

#### **4.1.8 O problema relacionado à violência no ambiente escolar dever ser enfrentado numa parceria entre a PM e a Secretaria de Educação**

A tabela abaixo trás com profunda clareza a compreensão por parte dos alunos admitirem que a violência no ambiente escolar é algo que penderá de uma ação conjunta, é exatamente o que se observará nos que se seguem.

Tabela 03 - A violência deve ser enfrentada numa parceria entre a PM e a Secretaria de Educação do Estado.

Nível de frequência	Frequência	%
Sim	169	94,95
Não	11	6,17

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Os números acima apresentados trás um dado um tanto quanto animador ao revelar que 94,95% dos alunos do Ensino Médio, dos 10% das escolas públicas estaduais da cidade de Campina Grande, turnos manhã, tarde e noite, que foram pesquisados, reconhecem a importância da parceria entre os dois atores envolvidos na discussão sobre violência no ambiente escolar, ou seja, Secretaria de Segurança Pública por intermédio da Polícia Militar, como também a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba na busca de medidas que objetivem reduzir a violência dentro ou no entorno das escolas. Neste sentido, Possas (1999

apud DIAS, 2001, p. 34) discutirá: “A questão da segurança deve ser discutida e implementada no âmbito local, entre vários atores, incluindo a polícia, de modo que cada um mantenha sua especificidade e competência”.

Nesta mesma cooptação de dados, ficou evidenciado que 6,17% dos alunos acreditam que esta parceria é perfeitamente dispensável, pois cabe a polícia militar desenvolver ações que visem combater a violência.

#### **4.1.9 Na Opinião da Comunidade Escolar a Patrulha Escolar deveria ser Composta por Policiais Diferenciados dos Demais**

A questão a seguir foi realizada com o intuito de saber da comunidade escolar se no entendimento dos alunos o policial militar integrante da Patrulha Escolar é alguém que deveria ser diferenciado dos demais, em função da importância do perfil para trabalhar com o público estudantil. O resultado foi disposto na tabela que segue.

Tabela 04 - Na concepção dos alunos, os policiais militares integrantes da Patrulha Escolar eram diferenciados dos demais.

<b>Nível de frequência</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sim	132	74,16
Não	39	21,91

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A Tabela 04 surge para corroborar com as inúmeras falas dos gestores durante a execução do trabalho realizado pela Patrulha Escolar. Nela 74,16% dos alunos acreditam que essa modalidade de policiamento deve ser composta por profissionais de Segurança Pública diferenciados. No entanto, para 21,91% dos alunos que responderam aos questionários não há necessidade dessa exigência.

A política de Segurança Pública adotada no país, sobretudo com o advento do surgimento da SENASP a partir de 2006, redimensiona o papel do profissional de Segurança Pública no Brasil, passando este a ser um pedagogo da cidadania, conforme afirma Balestreri (1998, p. 8):

[...] o policial, assim, à luz desses paradigmas educacionais mais abrangentes, é um pleno e legítimo educador. Essa dimensão é inabdicável e reveste de profunda nobreza a função policial, quando conscientemente explicitada através de comportamentos e atitudes.

A “exigência” que se faz ao policial militar integrante da Patrulha Escolar em ele ser um profissional “diferenciado”, é por ser mais que um representante da lei, na maioria das vezes estará atuando como um legítimo educador, até mesmo nas ocorrências corriqueiras atendidas via Centro Integrado de Operações Policiais.

#### **4.1.10 No Entendimento dos Alunos havia uma Boa Interação entre estes e os Integrantes da Patrulha Escolar**

Dentro da nova política de segurança adotada pelo Brasil, um dos temas que merecem destaque na abordagem, diz respeito à interação das polícias com as comunidades, neste sentido é de fundamental importância os dados apresentados na próxima tabela.

Tabela 05 - No entendimento dos alunos havia uma boa interação entre a comunidade escolar e os integrantes da Patrulha Escolar.

Nível de frequência	Frequência	%
Sim	120	67,42
Não	58	32,58
Não responderam	2	1,12

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

A tabela acima mostra um dado que representa uma tendência prevista na política de Segurança Pública do país, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), nessa “nova forma” de se fazer polícia pautada na filosofia de polícia comunitária, que prevê dentre outras coisas uma maior interação entre as polícias e a comunidade na busca de resolução para os conflitos existentes na sociedade, neste sentido, o percentual revelado de 67,42% confirma conceituando a interação como boa.

O somatório de esforços contribuirá não apenas para aproximar a polícia da população, mas, sobretudo para atingir outros aspectos importantes dentro dessa parceria, assim sendo a SENASP expõe que:

[...] Ao invés de serem apenas “olhos e ouvidos” a comunidade participa ativamente do planejamento. A o invés de consertar viaturas e reformar prédios, a comunidade atua na reeducação de suas ações, na reconstrução social do bairro, ou seja, ações de caráter essencialmente preventivo [...] (BRASIL, 2007, p. 225).

A população se torna partícipe das decisões relativas à Segurança Pública, bem como na elaboração de plano de ação que vise à melhoria na qualidade de vida dessa mesma comunidade.

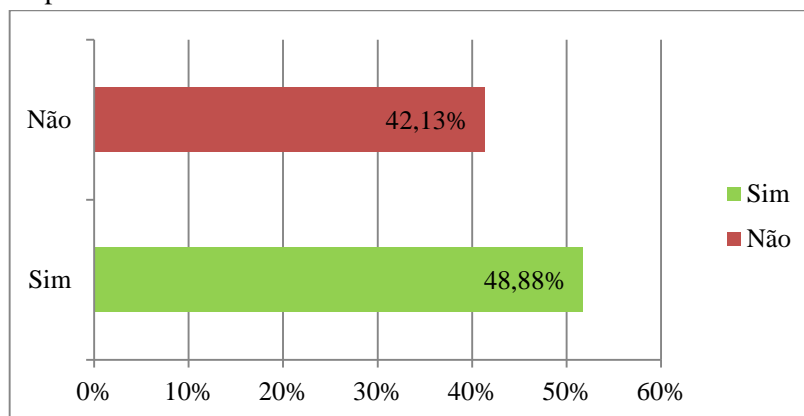


No entanto, 32,58% dos alunos que participaram da referida pesquisa, acreditam que a interação entre comunidade e Patrulha Escolar não era suficiente, enquanto 1,12% deixaram de responder a tal questionamento.

#### 4.1.11 Na Concepção dos Alunos o Serviço Desenvolvido pela Patrulha Escolar Atendia as Expectativas da Comunidade Escolar

Um dos aspectos que também está elencado na filosofia de policiamento comunitário visa à qualidade da prestação de serviço e, por conseguinte, qualidade de vida, neste sentido o gráfico abaixo apresenta de que forma os alunos avaliam a atuação dos policiais militares da Patrulha Escolar e até que ponto estas expectativas tem sido atingidas ou não.

Gráfico 08 - Na visão dos alunos, a Patrulha Escolar atendia às expectativas da comunidade escolar.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Os dados expostos no gráfico acima demonstram que 48,88% dos alunos entenderam que SIM, o policiamento atendia as expectativas da comunidade escolar, mostrando dessa forma uma nítida aceitabilidade por parte deles, revelando ainda a credibilidade que esses policiais militares adquiriram junto ao seu público-alvo, alunos, professores, porteiros e gestores. A este respeito Ferreira (1995, p. 58) comenta:

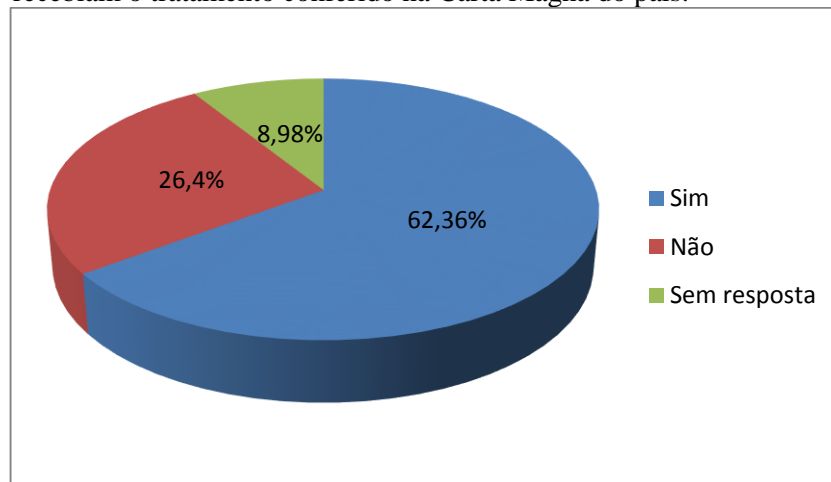
A polícia comunitária resgata a essência da arte de polícia, pois apoia e é apoiada por toda a comunidade, acolhendo expectativas de uma sociedade democrática e pluralista, onde as responsabilidades, pela mais estreita observância das leis e da manutenção da paz, não incumbem apenas à polícia, mas, também a todos os cidadãos.

Para 42,13% dos alunos das escolas públicas, alvo da pesquisa, a resposta foi NÃO, pois essa expectativa de acordo com eles não fora atingido.

#### 4.1.12 À Luz da Constituição Federal de 1988, qual era o Tratamento Dispensado pelos Integrantes da Patrulha Escolar aos Alunos das Escolas Pesquisadas

A proposta de uma polícia cidadã, dentro da atual política de Segurança Pública, está alicerçada no respeito à dignidade da pessoa humana, tendo como suporte teórico a Constituição Federal. Os dados abaixo, exemplificados, permite vislumbrar que tipo de tratamento, à luz desse aporte jurídico, estava sendo colocado em prática por parte dos policiais militares integrantes da Patrulha Escolar, conforme ilustrado abaixo.

Gráfico 09 - No entendimento dos alunos das escolas em pauta, estes recebiam o tratamento conferido na Carta Magna do país.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

O exercício da cidadania plena está diretamente relacionado ao respeito às leis vigentes em um país, dentro do estado democrático de direito, neste sentido esse gráfico levanta um aspecto importantíssimo ao apresentar um percentual significativo de alunos, estipulado em 62,36%, que deram como opção o SIM, quando o assunto tratava-se do respeito ao que preconiza a Constituição Federal.

Conforme estabelece no art. 2º do Código de Conduta das Nações Unidas, para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei: “Requer que os encarregados pela aplicação da lei, no cumprimento do dever, respeitem e protejam a dignidade humana, mantenham e defendam os direitos humanos de todas as pessoas” (ONU, 1979).

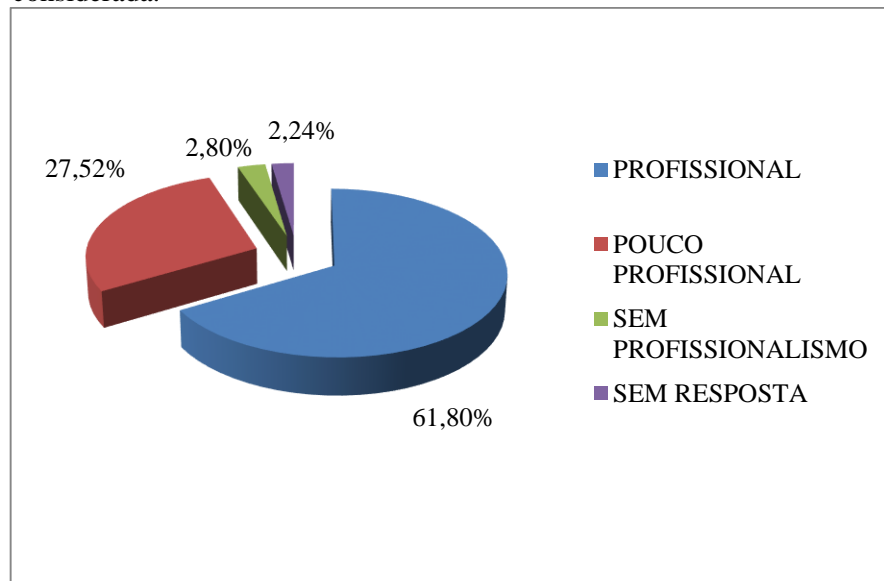
Em consonância com o que dita a Constituição Federal em seu art. 5º, onde se extraí: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

Porém, 26,41% dos alunos que responderam, escolheram o NÃO, por acreditar que esse respeito se dava de forma pontual. No entanto, 8,98% deixaram de responder, pois segundo alguns deles desconheciam tal conteúdo da Constituição Federal, embora tenha sido esclarecido amplamente pelo pesquisador o teor do referido texto.

#### 4.1.13 A Postura dos Integrantes da Patrulha Escolar na Opinião dos Alunos era Considerada: profissional, pouco profissional ou sem profissionalismo

O gráfico a seguir representa um ensaio de como a postura e a compostura dos policiais militares integrantes da Patrulha Escolar é vista pela comunidade escolar e como ela os classifica.

Gráfico 10 - Como a postura por parte dos policiais com os alunos era considerada.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

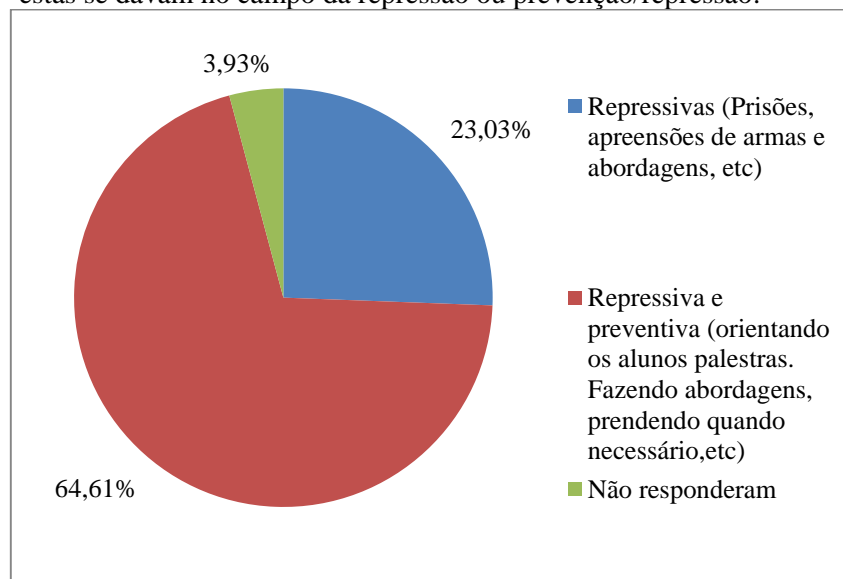
O Gráfico 10 mostra que 61,80% dos alunos pertencentes às escolas pesquisadas consideram a postura dos policiais como profissional em relação às atitudes quando no atendimento ou não das ocorrências, pois suas ações estão sempre focadas na prevenção. Agir de maneira profissional é atender o que há por traz de uma série de atributos que devem ser levados em consideração à medida que essa pessoa age como tal, pois, de acordo com Dalbosco et al. (2007, p.26): “A polícia, sem seu ideal de bem servir, deve ser tranquila na sua atuação, comedida nas suas ações, presente em todo lugar e sempre protetora, velando pelo progresso da sociedade, dos bons costumes, do bem-estar do povo e pela tranquilidade geral”.

Contudo, na concepção de 27,52% alunos do universo pesquisado, estes policiais militares agem sem profissionalismo, e para 2,80%, ou seja, uma parcela pouco expressiva, os policiais atuam sem profissionalismo, e destes 2,24% não responderam ao questionamento feito.

#### 4.1.14 A Patrulha Escolar Atuava Repressivamente apenas Prendendo e Abordando ou Desenvolvia outras Ações

Considerando que as ações de polícia comunitária estão focadas na prevenção, atuando de forma pró-ativa, antecipando-se aos fatos delituosos, sendo assim, busca-se a seguir apresentar a forma que os alunos percebem o trabalho desempenhado pela Patrulha Escolar, desmitificando ou confirmando se tratar de uma ação mais repressiva ou de cunho educativa, fato este retratado no Gráfico 11.

Gráfico 11 - No tocante às ações desenvolvidas pela Patrulha Escolar, estas se davam no campo da repressão ou prevenção/repressão.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

O Gráfico 11 exibiu em seu contexto, mais uma vez, um dos pilares de ações consideradas eficazes por contemplarem o binômio repressão/prevenção, premissas estas do policiamento comunitário, fato perfeitamente constatado pelos 64,61% dos alunos que qualificaram a atuação dos policiais militares integrantes da Patrulha Escolar contemplando ambas as ações. Segundo eles eram frequentes as abordagens no entorno das referidas escolas, bem como, o diálogo era uma constante, independente de haver ocorrência ou não, estando,

portanto, dentro dos eixos previstos na Política de Segurança Pública no Brasil, cujas ações devem contemplar, sobretudo, os dois campos tornando-a uma intervenção qualificada. Esta ação irá se pautar nesse novo agir policial, focado no bem estar das pessoas, principalmente, na melhoria da qualidade de vida. Na concepção de Moraes et al. (2009, p. 63):

Essa mudança de proposta de policiamento, do tradicional para o comunitário, age na mudança de atitude da polícia com a comunidade. Os policiais comunitários aconselham, mediam conflitos, ministram palestras, participam, cooperam, comunicam-se, são acessíveis e encorajadores, tanto em lugares público como em privados.

As ações de natureza repressivas foram apontadas por 23,03% dos alunos como sendo as mais frequentes, tendo ainda 3,93% deixado de responder ao questionamento.

#### **4.1.15 Perguntado aos Alunos como eles Definiriam o Serviço Prestado pela Patrulha Escolar**

Tendo como premissa a preocupação na qualidade do serviço que fora prestado pelos policiais militares integrantes da Patrulha Escolar. A tabela abaixo expressa a definição segundo a visão dos alunos.

Tabela 06 - Como você definiria o serviço prestado pela Patrulha Escolar do 2º BPM durante a sua atuação.

<b>Nível de frequência</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Ótimo	29	16,29
Bom	48	26,96
Regular	72	40,44
Ruim	11	6,17
Não respondeu	06	3,37

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Um dos aspectos a serem ressaltados na composição do referido gráfico, diz respeito ao conceito que foi atribuído pela comunidade escolar, caso fossem consideradas as variáveis acima citadas, sendo assim, 16,29% considerou como ótimo os serviços prestados pelos integrantes da Patrulha Escolar, 26,96% atribuiu conceito bom, 40,44% acharam regular, enquanto 6,17% classificaram como ruim, destes 3,37% deixaram de responder ao referido quesito.

Toda proposta pautada em estudo estará passiva, à luz da ciência, a apresentar dados que nem sempre irá ser condizente com a realidade, portanto, a política desenvolvida pela

Patrulha Escolar, mesmo não sendo reconhecida pela comunidade escolar, não evidencia que esteja necessariamente errada. Soares (2007, p. 78) corrobora ao afirmar que:

Nesse caso mesmo que a política de segurança fosse adequada, inteligente e consistente, eficiente, eficaz e efetiva, ainda assim os indicadores poderiam ser negativos. Provavelmente, seriam menos maus do que se a referida política não estivesse sendo adotada, mas isso conduziria o analista a uma argumento contra factual impossível de testar e, portanto, de comprovar.

Ao fazer uma análise um pouco mais aprofundada, verificar-se que somando os conceitos aqui classificados como ótimo e bom, atinge-se um percentual de 43, 25% o que superaria aquilo que os alunos consideraram regular, com uma média que poderia ser considerada boa, diante da classificação atribuída pelos alunos aos serviços prestados pelos policiais militares integrantes da Patrulha Escolar.

#### **4.1.16 Perguntado aos Alunos Caso Fossem Atribuir uma nota de 0 a 10 que nota você/eles dariam à Patrulha Escolar**

Com o propósito de estabelecer um elo entre o conceito e, associado a este, uma nota a ser atribuída, a tabela abaixo apresenta qual seria essa referência através de números que os alunos conferiram aos policiais militares integrantes da Patrulha Escolar conforme descrito a seguir.

Tabela 07 - Que nota você daria aos serviços prestados pelos integrantes da Patrulha Escolar do 2º BPM.

Nível de frequência	Frequência	%
1	1	0,56
2	4	2,24
3	2	1,12
4	4	2,24
5	21	11,79
6	19	6,17
7	41	23,03
8	34	19,10
9	10	6,61
10	16	8,99
Não responderam	5	2,80%

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A supracitada tabela representa desta vez, não mais por intermédio de conceitos, mas por meio de uma nota que varia de 0 a 10 a avaliação dos serviços prestados pelos integrantes da Patrulha Escolar do 2º BPM. Fazendo uma análise aprofundada há de se perceber que os

percentuais mais altos variam entre 11,79% a 23,03%, tendo como referencial as notas atribuídas. Considerando a equivalência do intervalo de 5 a 10, se obteria algo entorno de 79,19% das notas atribuídas ao patrulhamento escolar, no entanto, se a opção fosse considerar apenas a partir da nota 6, esse percentual passaria a ser em torno de 76,40%. Mensurar os níveis de satisfação, expectativa, aceitação é salutar, pois esses indicativos podem mostrar se a política pública desenvolvida está sortindo o efeito desejado. Conforme se extraí do Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens (UNICEF, 2012, p. 50):

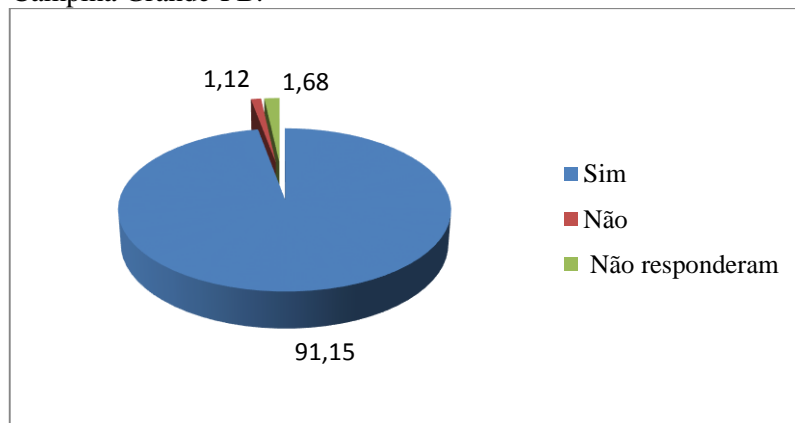
Sem diagnóstico, não poderá haver uma política setorial, muito menos global, para efetivamente enfrentar os problemas vividos pelos cidadãos. Portanto, o ponto de partida para a elaboração de uma política pública de segurança deverá ser a realização de um diagnóstico dos problemas [...].

Com o exposto acima fica nítido que a avaliação feita, seja tendo como referenciais os conceitos ou as notas, aqui estabelecidas, pode-se caracterizar como extremamente positiva na visão dos alunos que responderam a tais questionamentos.

#### **4.1.17 Na Opinião dos Alunos, a Polícia Militar do Estado da Paraíba Deveria ter um Policiamento Especializado de Proteção às Escolas**

Um dos objetivos principais da elaboração do presente trabalho consiste na implantação de uma modalidade de policiamento especializada para atender as escolas públicas de Campina Grande-PB, assim sendo, o Gráfico 12 expressa a opinião dos alunos a respeito da criação dessa modalidade dentro da estrutura organizacional da PMPB.

Gráfico 12 - O que disseram os alunos acerca da criação de um policiamento especializado para proteger as escolas da cidade de Campina Grande-PB.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

O Gráfico 12 surge como uma afirmativa dentro do que propõe o presente trabalho, pois um percentual significativo de alunos, estipulado em 91,15% responderam SIM ao apontar a necessidade de criar na cidade de Campina Grande, área de responsabilidade do 2º Batalhão de Polícia Militar, uma Companhia de Policiamento Comunitário Escolar (CPCE), denominado de policiamento especializado.

Conforme evidenciado no gráfico, a exemplo do que já fora exposto neste trabalho, há uma necessidade imperiosa da existência de tal modalidade de policiamento, pois o seu objetivo principal é a proteção das pessoas, nesse caso, a comunidade escolar e do patrimônio resguardando-o de todo tipo de atos de vandalismo.

Uma pequena parcela de alunos, 1,12 % acredita que Não, afirmando ser algo absolutamente dispensável, indo de encontro ao pensamento de quase a totalidade de alunos que responderam aos questionários, e afirmaram a real necessidade de se ter essa forma de policiamento. Ocasão esta em que 1,68% preferiram não responder ao questionamento feito a acerca do assunto ora abordado.

#### **4.1.18 Perguntado aos Alunos como eles Definiriam o Serviço Prestado pela Patrulha Escolar**

Evidenciando uma outra premissa da filosofia de policiamento comunitário, o tratamento diferenciado por parte do policial é uma característica que o destaca em relação aos demais integrantes da Polícia Militar que fazem parte do serviço considerado “tradicional”. A tabela abaixo retrata um pouco dessa realidade na medida em que a comunidade escolar assim o enxerga.

Tabela 08 - A Patrulha Escolar do 2º BPM era composta por policiais militares diferenciados.

<b>Nível de frequência</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sim	74	41,57
Não	95	52,81
Não respondeu	04	2,24

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Conforme a Tabela 08, 41,57% dos alunos acreditam que SIM, os policiais militares integrantes da Patrulha Escolar são profissionais diferenciados, no entanto, denota que 52,81% pensa que NÃO, estes profissionais não possuem nenhum diferencial. Essa concepção



está alicerçada no respeito, neste sentido o Manual de Proteção e Promoção da Cidadania (SÃO PAULO, 2009, p. 20) trás em seu texto:

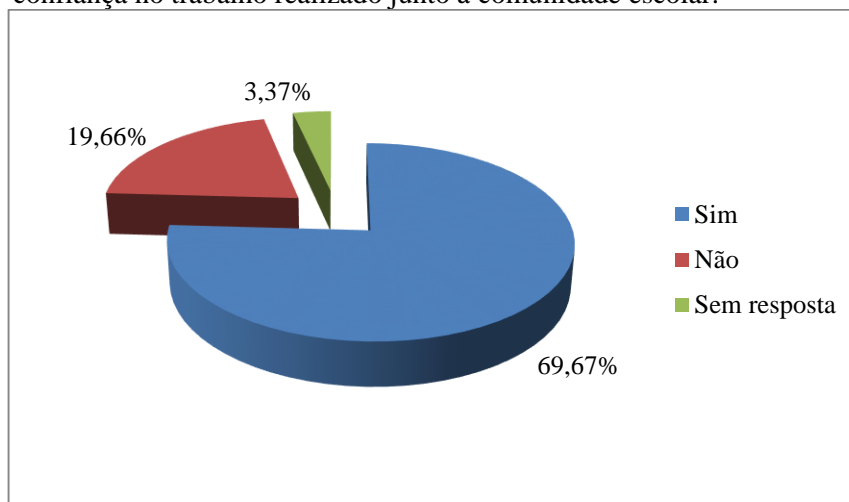
Os policiais escolares são treinados no trato com crianças e adolescentes, conforme disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, seu treinamento abrange não apenas o policiamento ostensivo como também ações preventivas [...].

Ao se fazer uma analogia tendo como parâmetro o quesito de número 10 do referido questionário, cuja pergunta versava sobre a opinião dos alunos sobre a diferenciação da Patrulha Escolar em relação aos demais serviços, ocasião esta em que 76,96% confirmaram ser um serviço diferencial, portanto, é possível afirmar com base nos dados acima revelados a necessidade nítida do policial militar integrante do policiamento aqui proposto ser alguém diferenciado, ou seja, com uma qualificação que permita atender as expectativas da comunidade escolar, conforme propositura do presente trabalho monográfico.

#### **4.1.19 Na Opinião dos Alunos, os Integrantes do Patrulhamento Escolar Transmitem Confiança no Trabalho Realizado Junto à Comunidade Escolar**

O gráfico que se segue representa a visão dos alunos em relação à confiança que os integrantes do serviço de Patrulha Escolar transmitem.

Gráfico 13 - Os integrantes da Patrulha Escolar do 2º BPM transmitem confiança no trabalho realizado junto à comunidade escolar.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

De acordo com 69,67% dos alunos a atuação da Patrulha Escolar junto à comunidade escolar transmite confiança, esse fato é extremamente positivo, pois a uma estreita relação entre a redução da criminalidade e a confiança depositada no trabalho do policial militar. Em

algumas regiões do país, onde justamente verifica-se uma maior confiança entre a população e a polícia, as informações fluem naturalmente, pessoas passam a se conhecerem melhor, inviabilizando a presença de pessoas estranhas ao meio, favorecendo assim, para uma redução das práticas criminosas. Com o ambiente escolar as coisas não são diferente, daí porque a importância do aspecto acima apontado pelos alunos e o sucesso do policiamento escolar à época da sua atuação, estes elementos serão traduzidos em benefícios para a comunidade e, por conseguinte, menos trabalho para as polícias, deixando de lado a tal mencionada política do “enxuga gelo”, fazendo o que há de essencial na Constituição Federal, a prevenção.

O profissional de Segurança Pública deste século surge com uma nova formatação, pois este além de prestar um serviço essencial em sociedade, manutenção da ordem pública, neste sentido, a polícia irá influenciar diretamente a sociedade, ou seja, transformando-a, ao mesmo tempo, em que sofrerá transformações. Dentro desta ótica Bayley (2001 *apud* QUEIROZ, 2008, p. 36) dirá: “o relacionamento da polícia com a necessidade é recíproca – a sociedade molda o que a polícia é e a polícia influencia aquilo em que a sociedade pode se tornar”.

No entanto, na opinião de 19,66% dos alunos essa confiança era inexistente, tendo 3,37% dos entrevistados deixado de emitir as suas opiniões.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil tem se projetado no cenário mundial pelos avanços perceptíveis em algumas áreas consideradas delicadas, tais como: educação, saúde, segurança, moradia, emprego, etc. Mas, um dos fatores que tem atraído a atenção do resto do mundo está diretamente ligado a insegurança vivenciada pelos brasileiros amplamente divulgada na mídia, não é à toa que o país tem um dos maiores índices de homicídio do planeta, mesmo com os investimentos feitos com intuito de melhorar a Segurança Pública.

Há quase duas décadas as polícias militares no país vêm passando por uma série de modificações que vão desde treinamentos, uso de novas tecnologias, melhoria do material bélico, aquisição de novas viaturas até o uso de armas não-letais, atendendo a uma recomendação da Comissão Internacional de Direitos Humanos, tomando por base acordos firmados pelo Brasil, através de acordos internacionais, bem como capacitações destinadas aos profissionais de Segurança Pública com o objetivo de melhorar o atendimento prestado a população brasileira.

O aspecto especialização vem acompanhando esse rol de investimentos como forma de aprimorar o conhecimento do qual o policial militar já é dotado, mas que necessita de um aprimoramento para aumentar o nível de acertos nas ocorrências e, por conseguinte reduzir ao máximo os erros em eventos considerados complexos na atuação policial, qualificação esta que vão desde gerenciamento de crises, em situações delicadas, a exemplo de: sequestro com refém, roubo a banco, sistema integrado de informações para consulta de processos, enfim, uma série de mecanismos e ferramentas foram disponibilizadas para facilitar esse “fazer” policial.

Dentro dessa visão, surgiram também algumas tropas que se especializaram em outras modalidades de policiamento só que com suas ações voltadas para os ambientes escolares, a exemplo do Programa Educacional de Resistências às Drogas e à Violência (PROERD), composto por policiais militares educadores especialistas em difundir a filosofia do referido programa que tem como finalidade principal orientar crianças, adolescentes, adultos e pais, a resistência às drogas e à prática de violência.

No campo operacional, embora voltado para as escolas, a Patrulha Escolar surge em alguns Estados da Federação, bem como no Distrito Federal como uma especialidade no que diz respeito ao trato com a comunidade escolar, tomando por base alguns Estados como: São Paulo, Paraná, Rio grande do Norte, Pará, Distrito Federal, Pernambuco, Mato Grosso, Minas Gerais, dentre outros.

Este trabalho traz, no bojo das suas argumentações, dois aspectos importantíssimos, em primeiro lugar o fato de ressaltar a importância de se criar no Estado da Paraíba a Companhia de Policiamento Comunitário Escolar, não por existir em outros Estados, mas porque estar em sintonia com a filosofia de policiamento comunitário, condição básica para qualquer implantação de uma verdadeira política de Segurança Pública. Em segundo lugar, diz respeito ao fato de todas as experiências vivenciadas pelas policiais militares no Brasil, cuja modalidade de policiamento intitulado ronda escolar ou Patrulha Escolar foram exitosas, pois estavam alicerçadas numa política de resultados, fato este devidamente mensurado nos dados contidos neste trabalho, bem como o relato de uma experiência bem sucedida na cidade de Campina Grande-PB, cuja circunscrição é atribuída ao 2º Batalhão de Polícia Militar.

Os dados contidos nesse trabalho, mediante a implementação de 173 questionários tendo como público-alvo alunos das escolas públicas de Campina Grande permitiu fazer uma leitura da importância da existência dessa modalidade de policiamento especializado em todo o Estado da Paraíba.

Diante do acima exposto, evidencia-se a necessidade de inserir a estrutura organizacional da Polícia Militar da Paraíba a Companhia de Policiamento Comunitário Escolar (CPCE), por entender que essa prestação de serviço só atenderá a demanda da comunidade escolar, à medida que esses profissionais de Segurança Pública recebam treinamento especializado, favorecendo desta forma a uma repressão qualificada, embora focada na prevenção, pois só assim a PMPB conseguirá atingir as expectativas das comunidades escolares que requer por parte dos organismos de segurança um tratamento não apenas qualificados, mas realizado por policiais militares que foram devidamente qualificados para atender as suas demandas. Desta forma não só a instituição, mas o governo estará desenvolvendo uma política de Segurança Pública voltada para a comunidade escolar, que poderá ser expandida para todo o Estado da Paraíba.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, M. (Coord.). **Cotidiano das escolas: entre as violências**. Brasília, UNESCO, 2006, p. 80.

ABRAMOWAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; PINHEIRO, Leonardo de Castro; LIMA, Fabiano de Sousa; MARTINELLI, Claudia da Costa. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília, UNESCO, 2002, p. 57.

ADELÍDIO, V. C; ROSÁRIO, M. F. **Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites, e desafios**. Revista Katálysis, vol.14, n. 1, Florianópolis jan/jun, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?cript=sc\\_arttext&pid=s1414-49802011](http://www.scielo.br/scielo.php?cript=sc_arttext&pid=s1414-49802011)>. Acesso em: 06 mai. 2014.

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções prática**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2002, p. 81.

BALESTRERI, R. B. **Direitos humanos: coisa de policial**. Passo Fundo, CAPEC, 1998, p. 8. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/balestreri/php/dh4.html>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

BITTNER, E. Aspectos do trabalho policial. **Coleção Polícia e Sociedade**. 8. ed. São Paulo, EDUSP, 2003, p. 146.

BRANDÃO, M. O. **Violência escolar: uma análise sobre o papel dos gestores no enfrentamento (ou não) dessa problemática contemporânea**. 2008. 97 fl. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas/Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Universidade Estadual da Paraíba.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 2013, p. 100. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 2.315, de 4 de setembro de 1997. Altera dispositivos do Decreto n. 1.796, de 24 de janeiro de 1996, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça. Cria a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), publicada em D.O.U em 5/09/1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1997/D2315.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/D2315.htm)>. Acesso em: 03 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto Presidencial 4.345 de 26 de agosto de 2002, Institui a Política Nacional Antidrogas e dá outras providências, Brasília, 2002, publicada em DOU de 27/08/2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4345.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4345.htm)>. Acesso em: 11 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei 11.754, de 23 de julho de 2008, Cria a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Brasília, 2008, publicada em DOU de 24/07/2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11754.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11754.html)>. Acesso em: 05 ago. 2014.

BRASIL. **Manual de policiamento comunitário**: polícia e comunidade na construção da segurança. São Paulo, Brasília, NEV/USP. SEDH, 2009, p. 17.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária**, Portaria SENASP n. 002/2007 - Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**, Brasília, SENASP, 2007, p. 225.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Projeto-Lei n. 3.734**, de 24 de abril de 2012. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7. do art. 144 da Constituição, institui o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, dispõe sobre a segurança cidadã, e dá outras providências. Brasília, 2012, p. 4.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária**, Portaria SENASP n. 002/2007 - Brasília, 2008, p. 80.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. Brasília, SENASP, 2009, p. 17.

BUENO DA SILVA, C. A. **A patrulha escolar comunitária da polícia militar do estado do Paraná e a segurança pública em escolas estaduais do município de Campo Mourão**. Maringá, 2009, p.10. Disponível em:

<[http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/.../patrulha\\_escolar\\_comunitaria\\_da\\_pmpr\\_e\\_a\\_seguranca\\_publica.pdf](http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/.../patrulha_escolar_comunitaria_da_pmpr_e_a_seguranca_publica.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2014.

CANDAU, V.; LUCINDA, M. C.; NASCIMENTO, M. G. **Escola e violência**. 2. ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2001. p 156.

CARVALHO, G. S. **Policamento comunitário** – origens. São Paulo. Apostila, 1998. p. 49.

CHAUÍ, Marilena. “Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível”. In: **Folha de São Paulo**, 14 de março de 1999, caderno mais, p. 3-5.

CHENAIS, Jean Claude. **Histoire de la violence**. Paris, Editore Robert Laffont, 1981.

CIBELLI, S.; TORRES, B. Agressão por alunos atinge 49% dos professores. Campina Grande, 29 set. 2005. **Jornal da Paraíba**, Caderno Cidades.

DALBOSCO, J. L. et al. **Curso nacional de promotor de polícia militar**. Brasília, SENASP, 2007, p. 4.

DEMO, P. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. São Paulo, Cortez, 1991, p. 51.

DESLANDES, S. F. MINAYO, C. S. (Orgs.). **Pesquisa social**: teoria, metodologia e criatividade. Petrópolis-RJ, Vozes, 1994, p. 55-56.

DEVINE, J. **Maximum security**: the culture of violence in inner-city schools. Illinois: The University of Chicago Press, 1996.

DIAS, T. **Um projeto integrado de violência nas escolas.** Paper produzido para o programa “Paz nas Escolas”. 2001. Disponível em:  
<[http://www.soudapaz.org/upload/pdf/cadernopol\\_cia\\_2.pdf](http://www.soudapaz.org/upload/pdf/cadernopol_cia_2.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2014.

DIAS, Kátia Pedreira. **Educação x violência:** uma abordagem com meninos de rua. Rio de Janeiro, Sprint Ltda. 1996, p. 50-51.

EDUARDO, L. S. **A política nacional de segurança pública:** histórico, dilemas e perspectivas. Estudo av. Vol. 21, n. 61, São Paulo, 10 set 2007, p. 78. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.690/SO103-40142007000300006>>. Acesso: 23 abr. 2014.

FERNANDES, Rubem César. In: **Policimento comunitário:** como começar. Rio de Janeiro, Policialerj, 1994, p. 10.

FERREIRA, C. A. **Implementação da polícia comunitária:** projeto para uma organização em mudança. São Paulo, CSP, 1995, p. 58.

FILOCRE, Lincoln de Aquino. **Direito de segurança pública:** limites jurídicos para políticas de segurança pública. São Paulo, Almedina, 2010, p. 24.

FREIRE, P. **Conscientização:** teoria e prática da libertação - Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo, Editora Moraes, 1999, p. 26-28.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo, Atlas, 1999, p. 91-92.

\_\_\_\_\_. **Técnica de pesquisa em economia e elaboração de monográfica.** 4. ed. São Paulo, Atlas, 2002, p. 46.

\_\_\_\_\_. **Técnica de pesquisa em economia e elaboração de monográfica.** 4. ed. São Paulo, Atlas, 2002, p. 37.

GRAVATÁ, M. A. et al. **Volta ao mundo em 13 escolas:** sinais do futuro no presente. São Paulo, Fundação Telefônica, 2013, p. 13

GUIA Municipal de Prevenção da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens / Secretaria de Direitos Humanos, Unicef, **Observatório de Favelas.** Laboratório de Análise da Violência – Rio de Janeiro, Observatório de Favelas, 2012. p. 50. Disponível em:  
<<http://www.observatoriodefavelas.org.br/.../guia-municipal-de-prevencao-da-violenc>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

HOFFMANN, M. H.; HAMMERSCHMIDT, R. (Orgs.). **Segurança pública:** diálogo permanente. Vol. 1, Florianópolis, DIOESC, 2012, p. 25-26.

\_\_\_\_\_. **Segurança pública:** diálogo permanente. Vol. 1, Florianópolis, DIOESC, 2012, p. 29.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011. **Cidades.** Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindw.htm>>. Acesso em 26 out. 2010.

IAROCZINSKI, Adriane. **A relação entre espaço escolar e violência infanto-juvenil no contexto de ação do programa da patrulha escola em Ponta Grossa-PR.** 2009. 107 fl. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Estadual de Ponta Grossa, Paraná, Setor de Ciências Exatas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

JUCÁ, R. L. C. O papel da sociedade na política pública de segurança pública. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 60, 1 nov. 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-21052004.../pt-br.php>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

KAUARK, Fabiana. Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros (colaboradores) **Metodologia da pesquisa:** guia prático. Itabuna, Via Literarum, 2010, p. 58.

\_\_\_\_\_. Fabiana. Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros (colaboradores) **Metodologia da pesquisa:** guia prático. Itabuna, Via Literarum, 2010, p. 24..

LAKATOS, E. M. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo, Atlas, 2003, p. 108.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagem qualitativa. São Paulo, EPU, 1986, p. 48.

MACEDO, R. M. Família e comunidade. **Cadernos da ANPPER**, São Paulo, 1997, p. 164.

MINAYO, M. C. S. Fase de trabalho de campo. In: **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro, 1992, p.105. Disponível em: <<http://www.cdv.gov.br/index.php?...manual-de-policiamento-comunitario>>. Acesso: 22 jan. 2014.

MIRANDA, E. U.; SANTANA, A.; GOMES, A. C. Polícia e escola: aparando arestas. **Revista Contrapontos**, vol. 10, n. 2, p. 156-165, maio-agosto/2010.

MONTEIRO, E. F.; BATISTA, J. L. G. **Estudo para proposição do serviço de Segurança Pública direcionado às escolas de Ensino Fundamental e Médio no município de Campina Grande, Paraíba.** 2010. 123 fl. Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Centro de Educação, Centro de Pós-Graduação e Pesquisa. Curso de Especialização em Segurança Pública. Polícia Militar do Estado da Paraíba.

MORAIS, L. M. et al. **Segurança pública, mediação de conflitos e polícia comunitária:** uma interface. 2009, p. 63. Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

MURPHY, P. V. In: **Grupo de trabalho para implantação da Polícia Comunitária.** São Paulo, Conselho Geral da Comunidade, 1993, p. 3.

NETO, T. D. Em busca de um conceito de “nova prevenção”. Baratta-Espanha, **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas.** REJ.03.01/06 8. Disponível em: <<http://www.pgj.ma.gov.br/ampem/ampem1.asp2006>>. Acesso em: 22 set. 2014.



ONU. Organização das Nações Unidas. **Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei**. Assembleia Geral das Nações Unidas, resolução 34/169, de 17 de Dezembro de 1979. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dhaj-pcjp-18.html>>. Acesso em: 13 out. 2014.

PEREIRA, M. A. **Violência nas escolas: visão de professores do ensino fundamental sobre esta questão**. 2003. 144 fl. Dissertação (Mestrado), Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, UNISP, São Paulo, 2003.

POLICIA MILITAR DA PARAÍBA. **Decreto n. 7.505**, de 03 de fevereiro de 1978. Resolução 0006/2003-GCG, datada de 27 de agosto de 2003, Revoga a Resolução n. 0002/GCG/2001-CG que adotou o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), estabelece normas para o seu funcionamento e determina outras providências. Publicado em Bol PM n. 0163, de 03 de setembro de 2003.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n. 87**, de 2 de dezembro de 2008 e considerando as disposições do art. 1., do Decreto n. 30.109, de 23 de dezembro de 2008, e consoante a disposição do Decreto 12.984/89, através da Resolução 0003/2009-GCG, datado de 20 de outubro de 2009. Estabelece a divisão geo-administrativa, atribuições e área de responsabilidade territorial dos Comandos Regionais, dos Batalhões, Companhias e Pelotões de Polícia Militar do Estado da Paraíba e dá outras providências, conforme fez público o Bol PM n. 0181 de 20 de outubro de 2009.

POSSAS, M. T. **Caderno polícia e escola**. Instituto Sou da Paz. 1999, p. 25. Disponível em: <[http://www.soudapaz.org/oploads/pdf/caderno\\_pol\\_cia\\_2\\_pdf](http://www.soudapaz.org/oploads/pdf/caderno_pol_cia_2_pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2014.

QUEIROZ, Maria do Socorro. **O sofrimento do policial civil: uma leitura psicanalítica**. 2008. 160 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza.

SANTOS, José Vícente Tavares dos. A violência como dispositivo de excesso de poder. In: **Estado e Sociedade**, Brasília, Unb, 1986, p. 53.

SÃO PAULO. **Manual de Proteção e Promoção da Cidadania**. Sistema de Proteção Escolar. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2009, p. 20.

SIMÃO, Severino da Costa. **Participação e governança: o caso da 1. Conferência Nacional de Segurança Pública**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011, p. 32.

SOARES, Luiz Eduardo. A política Nacional de Segurança Pública: Histórico, dilemas e perspectivas. Estudos avançados. Vol. 21, n. 61, São Paulo, 10 set 2007, p. 78. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.690/SO103-40142007000300006>>. Acesso: 23 abr. 2014.

SUDBRACK, M. F. O. Construindo redes sociais: metodologia de prevenção da drogadição em adolescentes de famílias de baixa renda do Distrito Federal. In: MACEDO, R. M. **Família e comunidade**. São Paulo, Cadernos da ANPPEP, 1997, p. 170.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário: como começar.** Rio de Janeiro, Policialerj, 1994, p. 04.

ZAGURY, T. **O professor refém: para pais e professor entenderem porque fracassa a educação no Brasil.** Rio de Janeiro, Record, 2006. Disponível em: <<http://www.novaescola.abril.com.br> >. Acesso em: 30 nov. 2013.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE – A QUESTIONÁRIO



POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

### QUESTIONÁRIO

#### ASPECTOS RELACIONADOS À PROTEÇÃO ÀS ESCOLAS

1. A SUA ESCOLA RECEBEU A VISITA DA PATRULHA ESCOLAR NOS ÚLTIMOS ANOS:  
  
 SIM  
 NÃO
  
2. A PATRULHA ESCOLAR VISITAVA A SUA ESCOLA COM QUE FREQUÊNCIA?  
  
 FREQUENTEMENTE  
 POUCO FREQUENTE  
 RARAMENTE  
 APENAS QUANDO SOLICITADA
  
3. VOCÊ ACREDITA QUE A VISITA REGULAR DESSES POLICIAIS NAS SUAS ESCOLA REDUZ SIGNIFICATIVAMENTE A VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR OU NO ENTORNO?  
  
 SIM  
 NÃO
  
4. DURANTE A PERMANÊNCIA DESSE POLICIAMENTO VOCÊ SE SENTIA MAIS SEGURO (A)?  
  
 SIM  
 NÃO
  
5. A SUA ESCOLA RECEBIA A VISITA DE UM OUTRO TIPO DE POLICIAMENTO A NÃO SER A PATRULHA ESCOLAR?  
  
 SIM  
 NÃO

6. NA SUA OPINIÃO A PM DEVERIA CRIAR UM GRUPO DE POLICIAIS MILITARES ESPECIALIZADO NO ATENDIMENTO AS OCORRÊNCIA NAS ESCOLAS?

- SIM  
 NÃO

7. DE ACORDO COM O SEU ENTENDIMENTO O QUE PODERIA SER FEITO PARA AMENIZAR A VIOLÊNCIA DENTRO E FORA DAS ESCOLAS?

- MELHORAR OS ASPECTOS RELACIONADOS À VIOLÊNCIA NA ESCOLA GRADES, GRAMPOS NO MURO, CÂMERA, MONITORAMENTO, ETC.)  
 AUMENTAR O NÚMERO DE VIGILANTES NAS ESCOLAS  
 INTENSIFICAR AS AÇÕES PREVENTIVAS/REPRESSIVAS DA PATRULHA ESCOLAR

8. A PATRULHA ESCOLAR DURANTE O SEU PERÍODO DE ATUAÇÃO, NA SUA OPINIÃO, ATENDEU AS EXPECTATIVAS DA COMUNIDADE ESCOLAR?

- SIM  
 NÃO

9. VOCÊ ACREDITA QUE O PROBLEMA RELACIONADO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR DEVE SER ENFRENTADO NUMA PARCERIA ENTRE A PM E AS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO E MUNICÍPIO?

- SIM  
 NÃO

10. NA SUA OPINIÃO, A PATRULHA ESCOLAR ERA COMPOSTA POR POLICIAIS DIFERENCIADOS DOS DEMAIS?

- SIM  
 NÃO

**ASPECTOS RELACIONADOS AOS POLICIAIS MILITARES DO 2º BPM QUE INTEGRARAM A PATRULHA ESCOLAR**

11. NO SEU ENTENDIMENTO HAVIA UMA BOA INTERAÇÃO ENTRE OS POLICIAIS MILITARES INTEGRANTES DA PATRULHA ESCOLAR E A COMUNIDADE ESCOLAR?

- SIM  
 NÃO

12. NA SUA OPINIÃO O SERVIÇO PRESTADO PELA PATRULHA ESCOLAR ATENDIA AS EXPECTATIVAS DA COMUNIDADE ESCOLAR?

- ( ) SIM
- ( ) NÃO

13. OS INTEGRANTES DA PATRULHA ESCOLAR TRATAVAM A COMUNIDADE ESCOLAR DENTRO DO QUE ESTABELECE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL?

- ( ) SIM
- ( ) NÃO

14. A POSTURA DOS INTEGRANTES DO POLICIAMENTO ESCOLAR NA SUA OPINIÃO ERA CONSIDERADA:

- ( ) PROFISSIONAL
- ( ) POUCO PROFISSIONAL
- ( ) SEM PROFISSIONALISMO

15. A PATRULHA ESCOLAR ATUAVA REPRESSIVAMENTE, APENAS EFETUANDO PRISÕES OU DESENVOLVIA OUTRAS AÇÕES?

- ( ) REPRESSIVA (PRENDENDO, APREENDENDO ARMAS, FAZENDO ABORDAGENS, ETC.)
- ( ) PREVENTIVA (ORIENTANDO A COMUNIDADE ESCOLAR, FAZENDO ABORDAGENS, PALESTRAS, DIALOGANDO COM A COMUNIDADE ESCOLAR, PRENDENDO QUANDO HAVIA PRÁTICA DE CRIME)

16. COMO VOCÊ DEFINIRIA O SERVIÇO PRESTADO PELA PATRULHA ESCOLAR?

- ( ) ÓTIMO
- ( ) BOM
- ( ) REGULAR
- ( ) RUIM

17. SE FOSSE ATRIBUIR UMA NOTA DE 0 A 10, QUE NOTA VOCÊ DARIA A PATRULHA ESCOLAR. POR QUÊ?

NOTA: \_\_\_\_\_

PORQUE: \_\_\_\_\_

18. NA SUA OPINIÃO A PM DEVERIA TER UM POLICIAMENTO ESPECIALIZADO DE PROTEÇÃO AS ESCOLAS?

- ( ) SIM
- ( ) NÃO

19. A PATRULHA ESCOLAR ERA COMPOSTA POR POLICIAIS MILITARES DIFERENCIADOS?

- SIM  
 NÃO

20. NA SUA CONCEPÇÃO OS INTEGRANTES DO PATRULHAMENTO ESCOLAR TRANSMITIAM CONFIANÇA NO TRABALHO REALIZADO JUNTO À COMUNIDADE ESCOLAR?

- SIM  
 NÃO

Agradeço a sua valorosa contribuição ao responder aos questionamentos, certamente, este instrumento de coleta de dados sem a sua colaboração não teria nenhum valor para a pesquisa.

**Muito grato!**

MÁRCIO DE OLIVEIRA BRANDÃO  
**Pesquisador**

## APÊNDICE –B TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



### **POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA CENTRO DE EDUCAÇÃO CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS**

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa, intitulada “**A importância da Normatização da Companhia de Policiamento Comunitário Escolar na Estrutura Organizacional da PMPB**”, está sendo desenvolvida por Márcio de Oliveira Brandão, aluno do Curso de Especialização em Gestão e Tecnologias Educacionais do Centro de Educação da Polícia Militar - PB, sob a orientação da Profª. Ms. Ana Fabíola de Medeiros Vanderlei.

O objetivo do estudo é mostrar a importância da inserção dessa modalidade de policiamento especializado na cidade de Campina Grande, como forma de prestar um serviço qualificado no atendimento às ocorrências em ambientes escolares. Buscamos, assim:

- Verificar o serviço prestado por policiais militares integrantes do 2º BPM, com sede em Campina Grande, durante o período que foi desenvolvido o policiamento escolar;
- Analisar os dados coletados em torno da temática, como forma de contribuir para a implantação de uma modalidade de policiamento especializado pautado em ações duradouras e eficazes;
- Descrever através das respostas aos questionários o que pensa o público-alvo da pesquisa (alunos, professores, gestores, policiais e vigilantes), no tocante a efetivação do policiamento comunitário escolar.

Solicitamos a sua colaboração para responder a este questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados desse estudo em eventos da área de Segurança Pública e publicar em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.



Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver desistir dele, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo da instituição.

O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário nas etapas da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente de que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal

Contato com o (a) pesquisador (a) responsável:

Caso necessite de mais informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisador Márcio de Oliveira Brandão.

2º Batalhão de Polícia Militar

Endereço: R. Dom Pedro I, 768, bairro São José, Campina Grande-PB.

CEP. 58107615      Telefone: (83) 3310-9357      Fax: (83) 3310-9350

Email: [marcio.social17@gmail.com](mailto:marcio.social17@gmail.com)

**Observação:** Em virtude desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ter mais de uma página, a primeira deverá ser rubricada tanto pelo pesquisador responsável, como pelo sujeito da pesquisa.

Atenciosamente,

Assinatura do pesquisador responsável